AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL 34 | Nº 03 | MARÇO 2014 | R$ 15,00

ISSN 0100-4298

FGV GVagro CENTRO DE AGRONEGÓCIO

A RENTABILIDADE DO SETOR AGROPECUÁRIO FOI POSITIVA EM 2013,



MAS DECEPCIONOU

FARM BILL | SAIBA O QUE MUDOU NA LEI AGRÍCOLA DOS EUA

ECONOMIA | O MAU HUMOR DOS INVESTIDORES COM OS MERCADOS EMERGENTES

GUSTAVO JUNQUEIRA | ENTREVISTAMOS O NOVO PRESIDENTE DA SRB

O agronegócio é o seguinte

RENTABILIDADE DO AGRO DECEPCIONA

A ELEVAÇÃO da taxa de juros e a contenção dos gastos do Governo têm sido recomendadas por diversos analistas de mercado como solução para conter a inflação. Por outro lado, alguns economistas focam a contenção da expansão do salário real. Ambas as soluções estão equivocadas e merecem uma análise mais acurada. Esse assunto é tratado na seção de **Macroeconomia**. A partir desta edição, a seção mencionada passa a receber a contribuição de quatro economistas convidados da ***Agroanalysis***, os quais publicarão seus artigos em caráter de rodízio. Essa é uma oportunidade para nossos leitores terem acesso à opinião de especialistas com diferentes tendências ideológicas.

Nesta edição, a autora afirma que o combate à inflação precisa ser feito, uma vez que os trabalhadores de baixa renda são os mais afetados. Segundo ela, a medida mais adequada para o controle da inflação envolve a redução dos componentes de custos de logística, energia elétrica, insumos e matérias-primas, capital de giro e, também, das taxas de lucro exageradas de certos setores. O resultado, no conjunto, implica, entre outras coisas, evitar uma excessiva desvalorização da taxa de câmbio, que deve ser objeto de outra análise.

No Brasil, em 2013, de maneira geral, o agronegócio apresentou desempenho positivo, porém com rendimentos menores, na comparação a algumas opções de investimento do mercado financeiro, como o dólar e alguns fundos. Com exceção da cana-de-açúcar e do leite de alta tecnologia, todas as outras produções agropecuárias analisadas tiveram rentabilidade inferior à inflação do período. Para 2014, as expectativas são de preços firmes e em patamares elevados para a pecuária de corte e leite. Trata-se de uma perspectiva de margens positivas para os pecuaristas. A demanda firme segue como principal fator de sustentação.

No cenário internacional, os primeiros meses de 2014 foram marcados pela mudança de humor dos investidores com relação aos mercados emergentes. Um volume significativo de capital saiu destas economias ou de ativos cujo retorno estava associado ao desempenho dos preços das *commodities*. A hora é de pôr os pés no chão e reconhecer que a conjuntura vivida nos últimos anos, desde 2009, foi resultado de um grande desequilíbrio. Com a crise econômica mundial iniciada em 2008, os bancos centrais dos países desenvolvidos praticaram políticas monetárias expansionistas, que tornaram os mercados emergentes opções de investimento mais atraentes. Essa situação, cedo ou tarde, precisaria ser corrigida. É importante ter claro que o mundo está voltando à normalidade, e isso pode ser desfavorável às economias emergentes, principalmente àquelas que cometeram excessos, como o Brasil.

Ainda no cenário externo, a grande novidade foi a sanção pelo presidente Obama da nova Lei Agrícola Americana, mais conhecida como Farm Bill. A sua primeira Lei Agrícola foi aprovada em 1933, durante a Grande Depressão, como forma de apoiar os produtores frente aos baixos preços dos alimentos. Os gastos anuais previstos para os próximos dez anos, de 2014 a 2023, chegam a US$ 95 bilhões, sendo que 79% deste total correspondem ao programa social de ajuda alimentar e 14%, às políticas de apoio para as *commodities*. As modificações aprovadas com a nova Farm Bill parecem ter elevado, em certo grau, o potencial de distorção da política agrícola americana, fundamentalmente pela elevação dos preços de referência dos programas contracíclicos. As alterações relacionadas aos programas de seguro de receita parecem não ter o potencial de influenciar significativamente a decisão de plantio dos produtores, pois os custos para a contratação de seguros são elevados, o que pode comprometer a rentabilidade dos produtores.

O padrão tecnológico da safra nacional de grãos 2013/14 mostra indicadores de alta. As entregas de fertilizantes ao consumidor final bateram recordes em 2013. O avanço da sojicultura pode ser apontado como o principal fator de aquecimento na comercialização do insumo. Com isso, também tiveram uma trajetória ascendente as importações dos chamados fertilizantes intermediários, que são misturados de acordo com as formulações do adubo empregado pelos produtores.

Nos espaços dedicados às matérias especiais, a Associação Brasileira de Sementes e Mudas (ABRASEM) apresenta a contribuição do setor para com os ganhos de produtividade verificados na agricultura. Por sua vez, uma nova diretoria assume a gestão da Associação Brasileira de Indústrias de Suplementos Minerais (ASBRAM) entre 2014 e 2015, dando prosseguimento a uma linha de administração estratégica que já vem se desenvolvendo há anos.

Para terminar, o entrevistado do mês é o novo presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB), Gustavo Diniz Junqueira, que, na edição anterior da ***Agroanalysis***, passou a assinar os artigos da seção **Produzir**. ■

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas

Conselho Editorial: Luiz Carlos Corrêa Carvalho, Ivan Wedekin, Luis Carlos Guedes Pinto, Luiz Guilherme Schymura de Oliveira, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano
Editor-chefe: Antônio Carlos Kfouri Aidar
Editor Executivo: Luiz Antonio Pinazza
Colaboradores: Bruno Benzaquen Perosa e Felippe Cauê Serigati
Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Redator: Paulo Roque
Capa: Patricia Werner e Camila Senna
Arte: Alexandre Monteiro
Revisor: Alexandre Sobreiro
Secretaria e Administração: Viviane de Carvalho
Coordenador da Produção Editorial: Evandro Jacóia Faulin
Publicidade/Comercial/Assinatura: Viviane de Carvalho
Av. Paulista, 1.294, 15º andar,
Tel.: (11) 3799-4104, Fax: (11) 3262-3569
contato@agroanalysis.com.br
www.fgv.br/agroanalysis

FGV

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.
Sede: Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou Postal Code 62.591 - CEP 22257-970, Tel.: (21) 2559 6000, www.fgv.br
Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidente: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella
Conselho Diretor
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella
Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Manoel Pio Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade
Suplentes: Antonio Monteiro de Castro Filho, Cristiano Buarque Franco Neto, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Mauricio Matos Peixoto
Conselho Curador
Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio
Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)
Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Angélica Moreira da Silva (Federação Brasileira de Bancos), Ary Oswaldo Mattos Filho, Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Andrea Martini (Souza Cruz S/A), Eduardo M. Krieger, Estado do Rio Grande do Sul, Heitor Chagas de Oliveira, Jaques Wagner (Estado da Bahia), Luiz Chor (Chozil Engenharia Ltda), Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A), Orlando dos Santos Marques (Publicis Brasil Comunicação Ltda), Raul Calfat (Votorantim Participações S.A), Leonardo André Paixão (IRB-Brasil Resseguros S.A), Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Sandoval Carneiro Junior
Suplentes: Aldo Floris, José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Luiz Ildefonso Simões Lopes (Brookfield Brasil Ltda), Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Roberto Castello Branco (VALE S.A.), Rui Barreto (Café Solúvel Brasília S.A), Sergio Lins Andrade (Andrade Gutierrez S.A.), Victório Carlos De Marchi
Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano
Diretor Executivo da FGV Projetos: Cesar Cunha Campos
Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira
Diretor da FGV-SP: Prof. Francisco S. Mazzucca
Diretor da FGV-EAESP: Maria Tereza Leme Fleury

Acesse o site
www.fgv.br/agroanalysis
ou ligue
0800 770 88 81
e assine
a publicação que
melhor acompanha
o agronegócio







Abre Aspas

06 Gustavo Diniz Junqueira | **Sangue novo no agro**

09 Macroeconomia | **Elevação dos juros, corte nos gastos e desemprego para combater inflação?**

10 **Agrodrops**

12 **Frases e Comentários**

Mercado & Negócios

13 Mercados emergentes | **Por que do mau humor dos investidores?**

15 Fertilizantes | **Entregas e vendas elevadas**

16 Rússia | **Perspectivas para 2014**

18 Energia limpa | **A mobilidade do futuro**

20 Rentabilidade em 2013 | **O agronegócio e o mercado financeiro**

Política Agrícola

22 Ano Internacional da Agricultura Familiar | **Fortalecimento da atividade primária**

23 Farm Bill 2014 | **Mais retrocessos do que avanços**

Gestão

25 Armazenagem | **O elo perdido do agronegócio**

27 Geotecnologia | **Suporte ao licenciamento ambiental**

Sustentabilidade

29 Código Florestal | **Acabou a exigência de Reserva Legal?**

Conteúdo Especial

31 ABRASEM | **Semente é tecnologia**

38 ASBRAM | **Administração em sintonia**

43 Andef | **Agricultura moderna e familiar**

Colunas

44 Diário de bordo | **Brasil x Estados Unidos**

45 Produzir | **Agro impulsiona carreiras**

46 Opinião | **Acesso ao mercado: grandes projetos colocados em prática**

47 **Serviço ao agronegócio**

Mercado & Negócios



O agronegócio e o mercado financeiro

Sustentabilidade



Acabou a exigência de Reserva Legal?

Conteúdo Especial



Semente é tecnologia

Gustavo Diniz Junqueira
Presidente da Sociedade Rural Brasileira

SANGUE NOVO NO AGRO

Por Paulo Roque

"A CONSTRUÇÃO de um projeto claro de nação para o Brasil passa pelo agro", diz o novo presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB), Gustavo Diniz Junqueira. Com quarenta e um anos, ele assume a entidade sucedendo Cesario Ramalho da Silva.

De vínculo familiar histórico com a agricultura, Junqueira é formado em Administração de empresas e é mestre em Finanças pela Thunderbird School of Global Management dos Estados Unidos, onde, durante alguns anos, ganhou experiência em grandes empresas e trilhou carreira sólida na área financeira.

Segundo ele, está mais do que na hora de o agro acentuar a sua participação nas discussões dos mais relevantes temas da agenda pública nacional, de segurança pública, de saúde, passando pela educação e combate à corrupção.

"A retomada do crescimento exige estabilidade econômica, planejamento e excelência em execução. A correção de rota não passa pela negação, e sim pela afirmação de nossas instituições. O que está errado é a condução delas". Confira a entrevista.

AGROANLYSIS **Existe alguma força motivadora para uma pessoa jovem assumir a presidência da SRB?**

GUSTAVO DINIZ JUNQUEIRA Com certeza. Primeiro, porque não tenho pretensão de sair do Brasil; então, quero contribuir para tentar mudar o que está errado no País, e estar à frente da Rural – uma entidade historicamente comprometida com o desenvolvimento socioeconômico da Nação –, certamente, me dá voz para encarar este desafio de colaborar com a mudança. Inicialmente, observo que não há um projeto claro para o País. Navegamos ao sabor do que o mundo nos impõe. Somos comprados, nunca vendemos. Ainda carregamos um forte componente extrativista, e quanto a isso as lideranças têm um papel fundamental de propor mudança, de sair da "zona de conforto". Cabe à sociedade debater em qual direção o Brasil deve seguir. Legislativo e Judiciário devem propor e julgar as regras e o Executivo, regular e executar, sem intervencionismo em demasia, mas dando condições para que a iniciativa privada invista.

AGROANALYSIS **Falta liderança e participação política do setor junto ao Governo e à sociedade?**

GDJ Não creio. Temos, aliás, uma linhagem de ótimos líderes do agro tanto na esfera institucional, quanto pública, que vêm buscando acentuar o diálogo, o relacionamento do setor com o Governo e a sociedade. O agro sendo cortejado, por exemplo, por diferentes correntes partidárias, com vistas às próximas eleições, é resultado do avanço do setor e, também, da mobilização das lideranças ao longo dos anos. Além disso, também se trata de um ganho maior de consciência da população urbana sobre o



"AINDA CARREGAMOS UM FORTE COMPONENTE EXTRATIVISTA, E QUANTO A ISSO AS LIDERANÇAS TÊM UM PAPEL FUNDAMENTAL DE PROPOR MUDANÇA..."

agro. Campo e cidades são mais ligados hoje, e isso é tanto pelo vaivém natural das pessoas entre ambos os ambientes, como também por esforços do agro, de sua movimentação política e de relacionamento. Agora, os canais podem e devem ser aprimorados. O mundo, hoje, é cada vez mais complexo, dinâmico e difuso. A nova liderança não virá de apóstolos ou de um messias; será, na verdade, uma liderança construída em alianças colaborativas, ancorada em pensamentos, conceitos – um coletivo transformador.

> "NA ERA DOS COMBUSTÍVEIS VERDES E RENOVÁVEIS, INEXPLICAVELMENTE, CAMINHAMOS NA MÃO CONTRÁRIA, JUSTAMENTE NÓS QUE TEMOS O MAIOR POTENCIAL NO UNIVERSO DE ENERGIAS LIMPAS."

AGROANALYSIS **Apesar de estar bem presente na mídia, ainda se comenta que o agro é bem fechado e não gosta de crítica.**

GDJ Concordo em partes. No que diz respeito a não gostar de crítica, de fato, o setor ainda precisa trabalhar este, digamos, "comportamento". Mas, isso também é reflexo de que as cortinas em torno do agro caíram há não muito tempo. O setor passa por um processo de forte aprendizagem no tocante à questão 'relacionamento', e o amadurecimento demanda tempo. Quanto a ele ser bem fechado, essa é a parte sobre a qual discordo. O agro vem se abrindo muito nos últimos anos, sentiu necessidade disso – de se fazer conhecido para ser reconhecido. O setor saiu de uma postura excessivamente defensiva para praticar a transparência e, consequentemente, ser proativo. De modo mais profundo, a realidade é que tanto o agro, quanto o Brasil ainda estão na infância do exercício democrático, mas esse processo de evolução precisa ser acelerado. É hora de se abandonar as trincheiras, planejar e partir para a ação mais consistente e direcionada.

AGROANALYSIS **Esse é um ano eleitoral importante. O momento é bom ou ruim para começar a gestão na SRB?**

GDJ É um bom momento, sem sombra de dúvidas. As eleições dão a oportunidade para o agro colocar-se em evidência, o que abre uma janela importante para o setor expor o que pensa, faz e quer não só para si, mas para o Brasil. Nós, na Rural, avaliamos que está mais do que na hora de o setor fortalecer a sua participação nas discussões dos mais relevantes temas da agenda pública nacional, de segurança pública, de saúde, passando pela educação e combate à corrupção, por exemplo. Os mesmos problemas – senão piores – que atingem as cidades também atingem o campo. Entretanto, antes de pedir ou exigir mudanças, o próprio agro precisa fornecer projetos concretos, já com avaliação dos seus impactos nos outros segmentos da economia e sociedade. O setor precisa desenvolver sua visão do Brasil e seu projeto no contexto da economia como um todo, com perspectiva e ação de longo prazo.

AGROANALYSIS **Como trabalhar questões polêmicas e emocionais no que diz respeito a trabalho escravo, Código Florestal e litígios fundiários (assentamentos, terras indígenas e movimentos quilombolas)?**

GDJ O agro brasileiro organizado, profissional e sério é comprometido com o tecido social e com o meio ambiente. O Brasil é um país continental e heterogêneo, o que faz do agro um espelho disso. Justamente por essa natureza do País e do setor, é que existem grandes diferenças. Ainda existem casos de desmatamento irregular e de trabalho escravo, mas, com toda a certeza, posso afirmar que são isolados e desconectados da grande maioria dos agentes do setor. A produção agropecuária que não tem essa preocupação não pode ser considerada o agro moderno, não tem apoio e é recriminada pela Rural. Avalio que questões ideológicas pairam sobre as legislações ambiental, trabalhista e fundiária e acabam criminalizando – equivocadamente, é óbvio – gente honesta que trabalha duro pelo País.

O novo Código Florestal – ao contrário do que o senso comum apregoa – é muito mais verde do que a lei passada. Na questão trabalhista, a legislação que é aplicada no meio rural para tipificar trabalho análogo à escravidão escora-se numa visão urbana que desconhece as particularidades do trabalho no campo, dando margem a interpretações e abrindo brechas para a subjetividade e erros.

AGROANALYSIS **Com esses apagões logísticos, há espaço para as exportações do agronegócio continuarem a crescer?**

GDJ De fato, o risco da infraestrutura logística para o agro é alto. O setor produtivo inovou, cresceu e avançou em produtividade, se tornando o maior gerador de caixa para o País. Só que, ao invés desse esforço ser premiado, ele está sendo castigado pela inércia de décadas de um Estado refratário ao planejamento e à ação na questão da infraestrutura logística. Demorou demais para o governo atual, por exemplo, entender que, sem a iniciativa privada, seria impossível viabilizar os projetos que o País precisa na área de

> “A AGRICULTURA FAMILIAR TAMBÉM É AGRONEGÓCIO E, PARA SER COMPETITIVA, PRECISA SER EFICIENTE; SE NÃO, VIRA UMA ATIVIDADE DE SUBSISTÊNCIA.”

armazenagem e transporte. Só que obras não são feitas do dia para a noite, o que nos faz antever que vamos sofrer muito ainda quanto a essa questão. Daqui para frente, precisamos de estudos estratégicos que analisem as tendências dos fluxos do comércio agrícola para termos condições de planejar de modo antecipado os nossos canais de escoamento.

AGROANALYSIS **As cadeias da cana-de-açúcar e da citricultura, mesmo enfrentando grandes dificuldades, mostraram sinais de recuperação em 2013. Esse processo tem consistência?**

GDJ Acredito que os desafios são bem maiores e passam por modificações mais estruturais do que conjunturais relacionadas a um ciclo curto. No caso da cana, por exemplo, o setor – para não dizer o Brasil – sofre com a falta de previsibilidade do que o Governo pensa e quer com o etanol. Na era dos combustíveis verdes e renováveis, inexplicavelmente, caminhamos na mão contrária, justamente nós que temos o maior potencial no universo de energias limpas. No caso do suco de laranja, observo que há mais um problema de consumo do que de produção. Outras bebidas ganharam terreno – sucos de outros sabores, chás, águas aromatizadas. Aqui, analiso que é preciso pensar em novas abordagens voltadas ao consumidor final – com foco nos benefícios à saúde, assim como a busca por alternativas em outros produtos a partir da laranja. No âmbito da produção, as *commodities* exigem ganhos de escala, e o produtor precisa compreender isso, buscando agrupar-se para negociar na compra e na venda.

AGROANALYSIS **Como fortalecer a agricultura familiar, que recebe, neste ano, homenagem especial da ONU?**

GDJ A agricultura familiar também é agronegócio e, para ser competitiva, precisa ser eficiente; se não, vira uma atividade de subsistência. Logo, promover o acesso a tecnologias, métodos de gestão e mercados é o único caminho para a inserção e consequente evolução competitiva da agricultura familiar. O agro brasileiro é um grande produto de inovação. Temos a vantagem de poder contar com diversos “agronegócios”. Nós temos o estilo norte-americano – da produção em larga escala tecnificada de *commodities* –, bem como o formato europeu – pautado por fazendas menores, especializadas em nichos de mercado e produtos de maior valor agregado. Há espaço para todos os modelos. Para ser realmente um país desenvolvido, o Brasil vai precisar produzir tanto produtos agrícolas (*commodities* e de valor agregado), como ter uma indústria forte nos nichos onde isso for possível e um setor de serviços focado em inovação.



AGROANALYSIS **O recente acordo de Bali promovido pela Organização Mundial do Comércio pode ter desdobramentos positivos nos próximos anos?**

GDJ O acordo não trouxe nenhuma mudança estrutural no cenário do comércio internacional, especialmente o agrícola. Não tocou em pontos-chave relacionados a subsídios, à produção e à exportação, bem como no tocante a barreiras tarifárias de caráter protecionista, sem justificativas técnicas. Além disso, ao atender demandas da China e Índia por políticas de subsídios à exportação, o acordo vai de encontro às premissas de livre comércio.

Por outro lado, ao prever desburocratizações em processos aduaneiros, o acordo assume a condição para uma ligeira redução de custos transacionais e incremento do comércio global, mas num resultado extremamente distante do mínimo satisfatório e necessário.

Mas, o mais importante foi a mudança de atitude implantada pelo embaixador Roberto Azevêdo. Sua vontade política de tirar a OMC da letargia deve ser, e muito, comemorada. Assim, abre-se novamente a janela de oportunidades para que o debate relativo a um comércio mundial mais equilibrado volte à agenda internacional.

Para o Brasil, cabe a análise se foi certo investir em acordos multilaterais – muitas vezes pautados por decisões ideológicas, e não políticas/econômicas –, num mundo que avançou nas negociações bilaterais. ■

Macroeconomia

ELEVAÇÃO DOS JUROS, CORTE NOS GASTOS E DESEMPREGO PARA COMBATER INFLAÇÃO?

Cristina Fróes de Borja Reis*

2011, 2012 e 2013: anos em que o patamar da taxa de ocupação no mercado de trabalho alcançou um piso sem precedentes, a inflação aumentou, mas o crescimento da produção foi lento. A elevação dos juros e a contenção dos gastos do Governo têm sido recomendadas por diversos analistas de mercado como solução para conter a inflação. De outro lado, sugere-se a necessidade de elevação do desemprego e contenção da expansão do salário real. No ponto de vista aqui defendido, ambas as soluções estão equivocadas.

No campo da teoria, a vertente tradicional acredita que a inflação atual é provocada pelo aumento da demanda desproporcionalmente à oferta, resultante da expansão do poder aquisitivo da população (por conta do crescimento do consumo, devido, entre outros fatores, aos programas do Governo de assistência social e ao crédito). Para fazer com que se reduza até o alvo da meta de inflação, de 4,5%, recomenda-se a elevação dos juros e a contenção dos gastos do Governo, para segurar a demanda.

Na visão de outra vertente econômica, chamada estruturalista, a inflação resulta do aumento dos componentes dos custos de produção – tais como matérias-primas, energia, custo do capital de giro e o salário. Sobre a pressão que o aumento do salário vem exercendo nos preços, argumenta-se que o baixo nível de desemprego atual no Brasil teria fortalecido o poder de barganha dos trabalhadores (juntamente às políticas de salário-mínimo e de sustentação da renda, por parte do Governo), fazendo com que os salários subissem em termos nominais. Uma parte dos economistas supõe que a taxa de lucro sobre o custo unitário do produto seja constante, concluindo, então, que o aumento dos salários em geral é integralmente repassado para os preços, elevando o patamar da inflação. É por essa razão que há gente que sugere até mesmo a redução do emprego e do salário.

A visão da turma tradicional da economia é criticável do ponto de vista teórico e prático. Seus estudos não chegam a um consenso sobre o patamar da "taxa de desemprego que não acelera a inflação". E as medidas monetárias para evitar a inflação de demanda, como a escalada dos juros, não tiveram efeito em 2011 e não têm surtido efeitos significativos sobre a inflação desde o segundo semestre de 2013. Por outro lado, políticas fiscais restritivas associadas a cortes nos gastos públicos só contribuiriam para agravar a expansão pífia da demanda, enfraquecendo ainda mais a expansão do PIB, e, provavelmente, não aliviariam a inflação expressivamente.

Isso porque a raiz da inflação está nos custos; entre eles, o do trabalho. Só que não necessariamente a menor taxa de desemprego é o fator de pressão que se deve atacar. Primeiro, porque, conforme a visão de outros economistas estruturalistas, o repasse da elevação dos salários aos preços parece ser parcial, pois depende das condições específicas, como a concorrência, dos mercados de trabalho e de produtos das empresas de cada setor. Ou seja, a taxa de lucro pode ter se reduzido em alguns setores de atividade econômica, de forma que o aumento do custo da mão de obra pode não ter sido repassado integralmente aos preços. Infelizmente, é muito difícil conseguir mensurar isso, dada a reduzida disponibilidade desses dados.

Em segundo lugar, do ponto de vista da distribuição de renda entre as classes sociais, é, no mínimo, leviano sugerir queda da taxa de ocupação ou arrocho salarial. Após as poucas conquistas trabalhistas, não é admissível sacrificar o emprego. Além disso, o aumento do desemprego e a queda da participação da massa salarial na renda total da economia comprometeriam ainda mais a expansão do já sem fôlego consumo e do investimento, com impacto negativo sobre o crescimento do PIB. O combate à inflação precisa ser feito – pois atinge, principalmente, os trabalhadores de baixa renda –, mas por meio da redução dos outros componentes dos custos: logística, energia elétrica, preços de insumos e matérias-primas, custo do capital de giro e, também, as taxas de lucro exageradas de certos setores. Tudo isso implica, todavia, evitar a excessiva desvalorização da taxa de câmbio – o que é tema para outro artigo... ■

> "O COMBATE À INFLAÇÃO PRECISA SER FEITO – POIS ATINGE, PRINCIPALMENTE, OS TRABALHADORES DE BAIXA RENDA..."

* Professora de Economia da Universidade Federal do ABC (UFABC)

Por Paulo Roque
Correspondências para esta seção devem ser enviadas para o e-mail psroque@uol.com.br ou paulo@sincronismocomunicacao.com

DILMA ASSUME COMPROMISSOS COM LOGÍSTICA

A presidente Dilma Rousseff participou da abertura da colheita de grãos 2013/14, em Lucas do Rio Verde-MT, no último dia 11 de fevereiro. Entre os compromissos assumidos pela presidente, o prefeito Otaviano Pivetta destaca a duplicação da BR-163, a viabilização da saída norte até o Rio Tapajós e a Ferrovia de Integração do Centro-Oeste (Fico), a qual ligará Lucas de Rio Verde a Uruaçu-GO. Estas obras vão permitir que o Mato Grosso passe de 45/46 milhões de toneladas, produzidos hoje em condições logísticas precárias, para 90 milhões de toneladas, dentro de dez a doze anos.

SAFRA 2013/14 TEM NOVA ESTIMATIVA

O 5º Levantamento da safra de grãos 2013/2014, divulgado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), aponta que o Brasil deverá produzir 193,6 milhões de toneladas, aumento de 3,6% em relação à safra passada, de 186,9 milhões de toneladas. Em comparação ao último levantamento, houve uma queda de 3,1 milhões de toneladas, devido à redução do milho 2ª safra. A soja continua sendo o maior destaque, com crescimento de 10,4%, ou seja, 8,5 milhões de toneladas a mais do que a safra anterior, o que representa uma produção estimada em 90 milhões de toneladas para a safra atual.

USO DA TERRA NO CERRADO SERÁ MAPEADO

A identificação das áreas de vegetação natural e das áreas alteradas no Cerrado será feita por meio de um sistema de mapeamento TerraClass, em elaboração pelos cientistas. Isso possibilitará delimitar as áreas de produção de grãos e de culturas perenes, pastagens, silviculturas, entre outras, e, assim, obter uma visão sobre como a agricultura está usando o Cerrado. Até o final de 2014, os estudos deverão estar concluídos e vão gerar dados que permitirão, principalmente, um planejamento mais integrado da relação entre o uso da terra para agropecuária e a conservação ambiental.

LEI LEVA CIDADANIA À AGRICULTURA FAMILIAR EM MINAS GERAIS


EMATER-MG

A partir da última semana de janeiro, Minas Gerais passou a ser o primeiro estado a estabelecer uma Política Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável da Agricultura Familiar, graças à Lei nº 21.156/14, sancionada pelo governador Antonio Anastasia. A lei tem como objetivo orientar as ações de governo voltadas para o desenvolvimento rural sustentável e solidário e para o fortalecimento da agricultura familiar no estado. Dentre os desafios, está a criação de uma diretoria com ênfase na cidadania do homem do campo, em que serão tratados especificamente assuntos de infraestrutura, melhoria na telefonia, energia, saúde, educação, lazer e, principalmente, segurança.

CAFÉS ESPECIAIS GANHAM ESPAÇO

De acordo com a Associação Brasileira de Cafés Especiais (BSCA), o consumo de cafés especiais ocupa cada vez mais espaço no Brasil e no mundo. A demanda cresce em torno de 15% ao ano, principalmente no exterior, em comparação ao crescimento de cerca de 2% do café *commodity*. O segmento representa, hoje, cerca de 12% do mercado internacional da bebida.

EM SÃO PAULO, ÁREA DE GRÃOS CRESCEU 1,71%

Segundo o Instituto de Economia Agrícola (IEA/APTA) e a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), houve um acréscimo de 1,7% na área cultivada da safra paulista de grãos 2013/14 (algodão, amendoim, feijão das águas, arroz, milho e soja). A área total de plantio da atual safra alcançou 1,35 milhão de hectares, contra 1,33 milhão de hectares na safra 2012/13.

CRESCE O NÚMERO DE PRODUTORES ORGÂNICOS


SHUTTERSTOCK

O número de agricultores orgânicos aumentou 22% no ano passado, em relação a 2012, passando de 5,5 mil para 6,7 mil, segundo o Ministério da Agricultura. Em 2012, o País contava com setenta e nove Organizações de Controle Social (OCSs) e quatro Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade (OPACs); no ano passado, estes números subiram para 163 e onze, respectivamente.

TRANSGÊNICOS REDUZEM ÁREA DE CULTIVO NO MUNDO

Segundo o relatório sobre comercialização de variedades GM divulgado pelo Serviço Internacional para a Aquisição de Aplicações em Agrobiotecnologia (ISAAA), os transgênicos permitiram a redução de área plantada no mundo, entre 1996 (ano do lançamento da primeira planta nos EUA) e 2012, em 123 milhões de hectares, o equivalente a aproximadamente o tamanho do estado do Pará. Em 2013, foram cultivados 175,3 milhões de hectares de variedades transgênicas em todo o Planeta. O Brasil figura em segundo lugar, com 40,3 milhões de hectares cultivados com soja, milho e algodão GM, atrás apenas dos EUA (70,2 milhões de hectares).

PARA GOVERNO, PIB DO AGRONEGÓCIO DEVE CRESCER 4%

Baseado no levantamento da Assessoria de Gestão Estratégica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (AGE/MAPA), o Governo prevê que o Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio deva somar R$ 1,03 trilhão em 2014, valor 4% maior do que o obtido no ano passado (R$ 991,06 bilhões).

HELICOVERPA CAUSA PREJUÍZOS DE R$ 1 BI NO MATO GROSSO

O Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (IMEA) divulgou que os prejuízos provocados à agricultura pela *Helicoverpa spp.* no estado aproximam-se de R$ 1 bilhão. Os números mostram que o custo adicional para conter a praga alcançou a média de R$ 118,07 por hectare até o momento atual da safra – ou R$ 985,78 milhões. O diagnóstico indica, também, queda de produtividade: a estimativa é de 1,6 saca por hectare, uma perda de 278,28 mil toneladas de soja, ou R$ 224,89 milhões.

CUIABÁ ABRE NOVA ETAPA DO CIRCUITO EXPOCORTE

No período de 19 a 20 de março, será realizada, em Cuiabá-MT, a primeira etapa do Circuito ExpoCorte 2014. O evento, que, em 2013, teve a participação de mais de 7 mil pessoas em cinco etapas, representando cerca de 100 milhões de cabeças de gado, discutirá, neste ano, "Como conseguir o máximo de minha propriedade". As próximas etapas acontecerão em Campo Grande-MS, Uberlândia-MG, Ji-Paraná-RO e Araguaína-TO.

DESEMPENHO NA EXPORTAÇÃO DE CARNE

A Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína (ABIPECS) informou que, durante o mês de janeiro, houve queda nas exportações, o que corresponde a 13,09% a menos do que no mesmo período do ano passado. A entidade destacou o baixo resultado nas vendas para a Ucrânia – a retração em volume foi de 96,31% e, em receita, de 95,46%. A Rússia foi o principal destino da carne suína brasileira, com participação de 34,56% nas exportações do mês, seguida por Hong Kong, com 26,48%, e Angola, com 11,61%.

Já as exportações de carne de frango cresceram 3,3% em janeiro, totalizando 300 mil toneladas, segundo a União Brasileira de Avicultura (UBABEF). Na receita em dólar, houve queda de 4,2%, segundo o mesmo período comparativo, com US$ 566,9 milhões neste ano. Já, em reais, houve crescimento de 12,3%, com R$ 1,35 bilhão em janeiro de 2014.

"No final do ano passado, os três principais candidatos à Presidência da República movimentaram-se em direção ao agro, procurando representantes e lideranças do setor, em busca de orientação para planos de campanha. Essa é uma tremenda novidade e tem que ser aproveitada com a máxima competência por nossos representantes."

ROBERTO RODRIGUES, coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, embaixador especial da FAO para as Cooperativas e presidente da Academia Nacional de Agricultura (SNA), além de ex-ministro da Agricultura, em artigo publicado no site do Movimento Sou Agro

"A produção brasileira de grãos avançou, principalmente, em razão da competência do produtor, que aderiu às novas tecnologias; dos bons preços das *commodities* no mercado internacional; e da organização do setor, além de uma política de crédito alinhada com as necessidades do produtor."

NERI GELLER, secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, durante evento de abertura da colheita da safra 2013/14, em Lucas do Rio Verde-MT

"A presidente Dilma veio *in loco* operar uma colheitadeira e ver com seus próprios olhos o milagre da produção agrícola, ou seja, o que está sustentando o superávit da balança comercial brasileira e que é capaz e pode fazer muito mais no futuro se o governo federal o dotar da infraestrutura necessária."

OTAVIANO PIVETTA, prefeito de Lucas do Rio Verde, na solenidade de abertura da colheita da safra 2013/14



"Com essa lei, damos uma nova visão à vida no campo. Eu diria que estamos prestando cidadania ao produtor."

ZÉ SILVA, secretário de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais, sobre a Lei nº 21.156/14, que torna Minas Gerais o primeiro estado a estabelecer Política Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável da Agricultura Familiar

"Precisamos, com urgência, proporcionar um salto de produtividade à indústria da cana, algo que não se viu nas duas últimas décadas."

GUSTAVO LEITE, presidente do Centro de Tecnologia Canavieira (CTC), em entrevista publicada no site da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA)

"Hoje, o Brasil é referência no combate à fome e não se priva de divulgar suas estratégias para outros países. Diversos países estão mudando suas leis de compras públicas para se enquadrar nas mesmas estratégias de políticas públicas adotadas no País."

JOSÉ GRAZIANO DA SILVA, diretor-geral da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO)

"Se não tivermos acesso ao marco regulatório, corre-se o risco da adoção de procedimentos semelhantes, mas não iguais, por diversas instituições regionais e, até mesmo, estaduais."

GILMAN VIANA RODRIGUES, presidente da Comissão Nacional de Meio Ambiente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), ao pedir rapidez na divulgação da instrução normativa do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e do decreto que regulamenta o Programa de Regularização Ambiental (PRA), durante debate na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado

Mercados emergentes

POR QUE DO MAU HUMOR DOS INVESTIDORES?

Felippe Serigati[1] Roberta Possamai[2]

NO CENÁRIO internacional, os dois primeiros meses de 2014 foram marcados pela mudança de humor dos investidores com relação aos mercados emergentes. Um volume significativo de capital saiu destas economias ou de ativos cujo retorno estava associado ao desempenho dos preços das *commodities*. A origem desses movimentos está nas mudanças da política monetária norte-americana e na desaceleração do ritmo de expansão da economia chinesa.

Esses movimentos não representam uma crise, mas um processo em que a economia mundial começa a se voltar para uma trajetória de maior equilíbrio. O ajuste pode causar algum desconforto às economias emergentes, principalmente àquelas que não se prepararam para o fim da política do dólar barato. Infelizmente, o Brasil encontra-se neste grupo. Diante disso, os agentes do universo agro também precisam estar atentos. Se, por um lado, há a perspectiva de que a desvalorização da taxa de câmbio irá compensar a mudança nos preços das *commodities*; por outro lado, está claro que o patamar de preços praticados nos últimos três anos não pode ser utilizado como referência para o futuro próximo.

Falta de opções para investir

Entre 2009 e 2012, enquanto os países centrais estavam em crise e seus respectivos bancos centrais praticavam políticas monetárias expansionistas, os mercados emergentes apresentaram-se como opções de investimento mais atraentes. Todavia, nesse ponto, é importante não ter a ilusão de que estes mercados foram considerados bons destinos para esses capitais por causa da solidez dos seus fundamentos econômicos ou das suas características institucionais. A realidade é que, devido à crise nos países centrais, os investidores foram mais tolerantes com algumas precariedades das economias emergentes; afinal, não havia oportunidades melhores para alocar o volume brutal de dinheiro que os bancos centrais estavam injetando nos mercados financeiros.

Na época, esse movimento de capitais para as economias emergentes ficou conhecido, aqui no Brasil, como *tsunami* monetário. Se, por um lado, este fenômeno foi o responsável pela indesejável apreciação cambial (por parte do Governo, industriais e exportadores); por outro lado, também foi o responsável pela maciça entrada de investimento estrangeiro e pela quebra de recordes históricos dos preços de diversas *commodities* agrícolas e minerais. É necessário que fique claro que essa conjuntura, embora muito favorável para a economia brasileira e para o setor agro, era resultado de um grande desequilíbrio, que envolvia um excesso de liquidez nos mercados financeiros e poucas opções de investimento nas economias centrais.

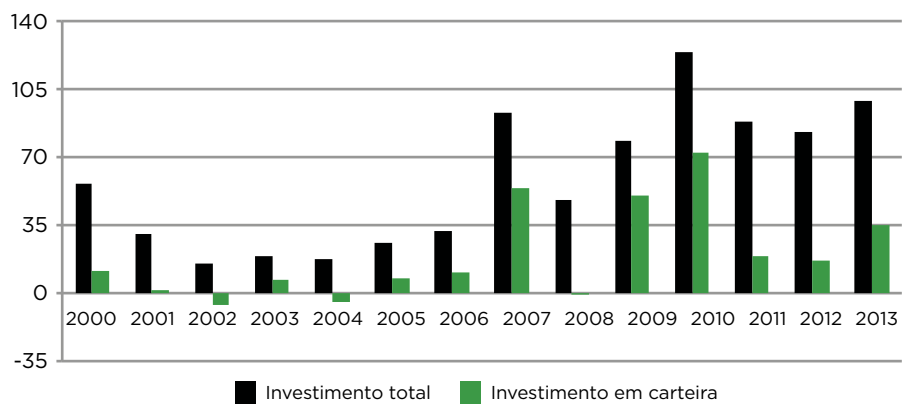
Ajustando o desequilíbrio

Conforme já apresentado, desde a crise de 2008, os bancos centrais das economias desenvolvidas têm adotado políticas monetárias frouxas, com o intuito de estimular o mercado de crédito, para, por fim, fortalecer os investimentos e o crescimento econômico. No caso do Banco Central dos Estados Unidos (Fed), entre as medidas praticadas, merecem destaque:

- a maciça injeção de dólares no balanço de diversas instituições financeiras por meio de compras mensais de títulos privados; e
- a manutenção da taxa de juros de referência da economia norte-americana (a *Fed funds rate*) próximo de zero (em termos nominais!).

Nos últimos meses, houve (i) uma redução no ritmo dessas compras de títulos privados (de US$ 85 bilhões mensais, em novembro de 2013, para US$ 65 bilhões, desde fevereiro de 2014); e (ii) a consolidação das expectativas de que a *Fed funds rate* iria subir no médio prazo. Entre as razões que justificam esse aperto da política

ENTRADA DE INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS NO BRASIL (EM US$ BI DEFLACIONADOS PELO CPI DE 2013)



Fonte: BACEN; U.S. Bureau of Labor Statistics

monetária, estão o crescimento de 1,9% da economia norte-americana no ano passado e a queda da taxa de desemprego (6,7% em dezembro de 2013).

Após estes números favoráveis, principalmente no mercado de trabalho, o comportamento da inflação passou a ser a maior incerteza com relação a quando o Fed iniciará o processo de elevação da sua taxa de juros. O ponto é que a inflação norte-americana ainda está muito baixa (1,5%), e permanece o temor de um quadro de deflação, que poderia suspender o processo de recuperação dessa economia.

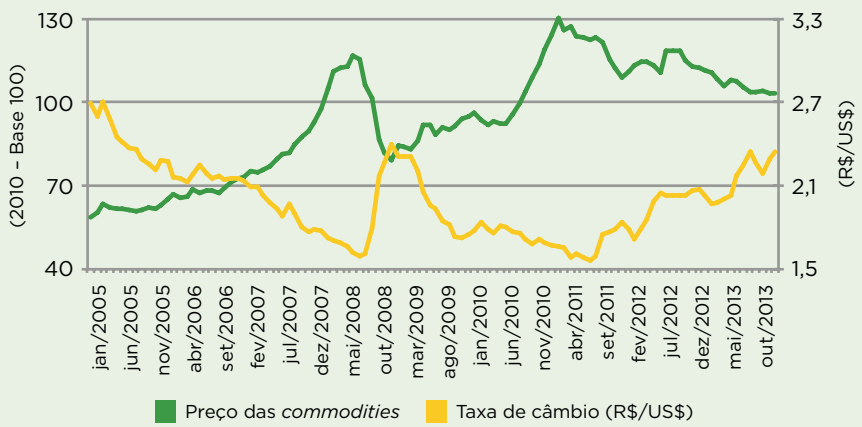
De qualquer forma, essas mudanças, combinadas à redução do ritmo de crescimento da economia chinesa, têm mudado o humor dos agentes com relação aos mercados emergentes. Com isso, investidores passaram a liquidar parte dos seus ativos associados às economias emergentes e aos mercados de *commodities* agrícolas e minerais, para investirem em ativos nos países centrais, notadamente nos Estados Unidos, mas também no Japão. Esse movimento tem levado a desvalorizações nas moedas de países emergentes e à redução das cotações de diversas *commodities*.

A desvalorização da taxa de câmbio irá compensar o novo patamar das cotações das *commodities* agrícolas?

Desde 2004, a taxa de câmbio tem se comportado como uma espécie de *hedge* natural para as cotações das *commodities* agrícolas: quando estas caem, representando uma perda para o universo agro, a primeira desvaloriza, compensando ao menos parte da contração da receita (e vice-versa). Por trás desse movimento conjunto, está o fato de que tanto as moedas de países emergentes, quanto as *commodities* agrícolas têm sido tratadas como ativos financeiros e têm respondido de maneira análoga aos estímulos monetários dos bancos centrais dos países desenvolvidos. Ou seja, a forte injeção de liquidez promovida pelos bancos centrais dos Estados Unidos, Japão, Reino Unido e Zona do Euro valorizou tanto a taxa de câmbio dos países emergentes, quanto as cotações das *commodities* agrícolas e minerais.

Ao longo de 2013, observou-se uma queda da cotação de diversas *commodities*, o que levaria a uma perda de receita para os produtores agrícolas. Porém, parte desta perda foi atenuada pela desvalorização da taxa de câmbio. Para 2014, há a perspectiva de que a taxa de câmbio manterá a tendência de desvalorização, enquanto os preços das *commodities* manter-se-ão relativamente estáveis. Com isso, a redução dos estímulos monetários dos países centrais pode proporcionar uma receita extra ao setor exportador do universo agro.

EVOLUÇÃO DA TAXA DE CÂMBIO E DOS PREÇOS DAS *COMMODITIES* AGRÍCOLAS (JAN/05 A DEZ/13)



Fonte: Banco Mundial; BACEN

Menor tolerância dos investidores

Como já exposto, parte significativa dos recursos que as economias emergentes receberam nos últimos anos estava associada muito mais à falta de opção de onde investir do que às reais qualidades do seu ambiente econômico e das suas características institucionais. Dado que as economias centrais têm dado sinais de que estão recuperando seu ritmo de crescimento, os investidores passam a ser mais rigorosos e reduzem suas posições em ativos associados aos mercados emergentes.

Naturalmente, nessa situação, os agentes ficam menos tolerantes com economias associadas a maior risco. Logo, os países que tiveram menor cuidado com relação aos seus fundamentos irão sofrer mais nesse período de reversão dos fluxos de capitais. Infelizmente, o Brasil faz parte deste grupo, assim como a Argentina, Turquia, Índia etc. Se, por um lado, é importante reconhecer que o Brasil não está com os fundamentos tão deteriorados quanto os demais países citados; por outro lado, é necessário assumir que ele também não está com números tão favoráveis a ponto de se aproximar de países como Chile, México, Colômbia e Peru.

Enfim, é hora de pôr os pés no chão e reconhecer que a conjuntura vivida nos últimos anos, desde 2009, foi resultado de um grande desequilíbrio, que, cedo ou tarde, precisaria ser corrigido. É importante ter claro que o mundo está voltando à normalidade, e isso pode ser desfavorável às economias emergentes, principalmente àquelas que cometeram excessos, como o Brasil. ■

1 Doutor em Economia pela Escola de Economia de São Paulo (EESP/FGV), professor e pesquisador do GV Agro (felippeserigati@gmail.com)
2 Economista pela USP (rc.possamai@gmail.com)

Fertilizantes

ENTREGAS E VENDAS ELEVADAS

AS ENTREGAS de fertilizantes ao consumidor final bateram números recordes em 2013. O avanço da sojicultura pode ser apontado como o principal fator de aquecimento na comercialização do insumo. Com isso, também tiveram uma trajetória ascendente as importações dos chamados fertilizantes intermediários, que são misturados de acordo com as formulações para a industrialização do adubo empregado pelos produtores.

Já a produção nacional de fertilizantes caiu para 9,3 milhões de toneladas no ano, retração de 4,3% ante os 9,7 milhões de toneladas produzidos em 2012. Esse resultado é o pior desde 2010. Isso reflete, certamente, a decisão do setor de consumir estoques, cujo volume, no fechamento do ano, foi de 5,0 milhões de toneladas, ante os 4,9 milhões de toneladas no encerramento de 2012.

As importações dos fertilizantes intermediários significaram 70% da quantidade vendida de adubo em 2013. O País dispendeu US$ 8,88 milhões para trazer esses produtos do estrangeiro, um crescimento de 3,51%, de acordo com a Secretaria de Comércio Exterior. O Porto de Paranaguá continua sendo a principal porta de entrada dos fertilizantes, por onde foram importados 8,5 milhões de toneladas, cerca de 4,3% a mais do que em 2012, representando 39,4% do total importado por todos os portos.

Durante o exercício, o estado do Mato Grosso concentrou o maior volume das entregas, com 5,5 milhões de toneladas. O estado de São Paulo manteve o segundo posto, com 4,2 milhões de toneladas. Em terceiro lugar, ficou o estado do Rio Grande do Sul, com 3,9 milhões de toneladas. Depois, vieram os estados do Paraná e Minas Gerais, respectivamente com 3,8 milhões de toneladas e 3,5 milhões de toneladas. Estes cinco estados participam com quase dois terços das entregas nacionais.

Historicamente, no primeiro semestre, as vendas correspondem a 35% do total. Mas, esse quadro sofre alteração, com a aquisição antecipada de fertilizantes. Em 2014, a taxa chegará perto de 40%. Há explicações para esse movimento. Primeiramente, o aumento da área plantada com o milho 2ª safra. Em segundo lugar, a demanda da cana-de açúcar, que, normalmente, acontece nesse período. Por último, a infraestrutura e a logística do País, que, sem acompanhar o aumento verificado no consumo, exige mais tempo para atender os pedidos.

Em termos de preço de fertilizantes, a perspectiva é de prosseguir com estabilidade no primeiro semestre de 2014, mesmo após a forte queda nas cotações internacionais. Esta queda deve estimular de forma positiva o consumo asiático. De maneira similar a 2013, o projetado crescimento na demanda de fertilizantes poderá não refletir em aumento das margens na indústria. O impacto de variáveis como a desvalorização do câmbio e a gestão dos estoques varia entre as empresas e afeta os seus resultados.

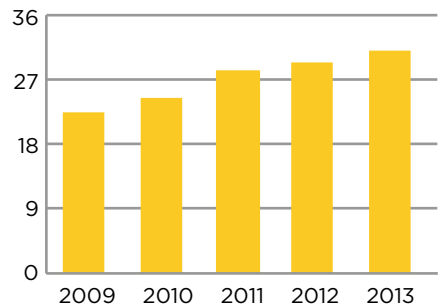
Em certa dose, a tendência de maior valorização cambial compensa a queda nos preços internacionais e mantém controlado o desembolso dos produtores. Na hipótese de a queda nos preços de fertilizantes superar a dos produtos agrícolas, a competitividade dos produtores fica aumentada.

A evolução do Valor Bruto da Produção durante o ano será um indicador importante para analisar o desempenho do mercado de fertilizantes. Em 2013, a *performance* das lavouras de soja, cana e milho foi favorável. Para 2014, essa longa estiagem verificada entre janeiro e fevereiro reverteu as boas promessas que se tinha no cultivo de soja, arroz e feijão. ■



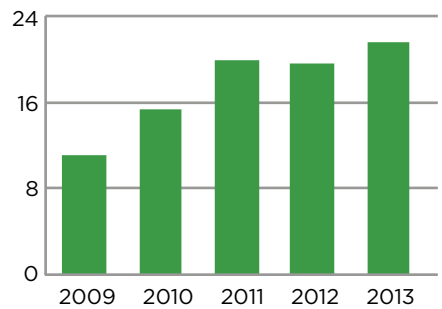
SHUTTERSTOCK

BRASIL: ENTREGAS DE FERTILIZANTES (MILHÕES DE TONELADAS)



Fonte: ANDA

BRASIL: IMPORTAÇÕES DE FERTILIZANTES (MILHÕES DE TONELADAS)



Fonte: ANDA

Rússia

PERSPECTIVAS PARA 2014

Rinaldo Junqueira de Barros*

EM 2013, o agronegócio continuou a ocupar posição de destaque nas exportações brasileiras para a Federação Russa, superando em 2,75 bilhões de dólares a exportação do ano anterior. Do total das exportações brasileiras (3 bilhões de dólares), mais de 90% foram de produtos do setor agropecuário do ano. Os principais produtos exportados foram: carnes (bovina, suína e de aves), açúcar, café e fumo.

O desempenho de 2013 foi semelhante ao obtido em 2012 (quando foram exportados 2,9 bilhões de dólares), mas inferior aos 4 bilhões de dólares exportados em 2011.

As exportações de fumo, café e açúcar foram menores do que no ano passado, especialmente de açúcar. Em 2008, o Brasil exportou mais de 4,38 milhões de toneladas de açúcar para a Rússia (o maior importador do Brasil de 2005 a 2008 e em 2010 e 2011). O aumento da produção interna de açúcar de beterraba resultou na redução das importações russas de açúcar do Brasil nos últimos dois anos (redução de 2 milhões de toneladas comparativamente ao resultado obtido em 2010).

No ano passado, o grupo das carnes apresentou crescimento das exportações de carne bovina (1,2 bilhão de dólares), carne suína (411,9 milhões de dólares) e carne de frango (137,2 milhões de dólares); além disso, o País passou a importar carne equina do Brasil.

A Rússia figurou como o segundo maior destino das importações brasileiras de carnes bovina e suína. Pelas estatísticas russas, o Brasil foi, em 2013, o principal fornecedor de carnes bovina e suína congeladas à União Aduaneira e o segundo maior fornecedor de carne bovina resfriada e carne de aves congelada. Apesar da redução da quantidade de estabelecimentos brasileiros habilitados para fornecer produtos de origem animal para a Federação Russa por questões sanitárias, agravando o cenário iniciado em junho de 2011, as exportações ficaram, no final de 2013, restritas a quarenta e nove estabelecimentos (vinte e dois processadores de bovinos; dez de aves; dez de rações; cinco de suínos; e dois de equinos).

Os principais problemas apontados referem-se:

- ao uso de estimulantes do crescimento (ractopamina) nos rebanhos bovino e suíno brasileiros;

> "DO TOTAL DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS (...), MAIS DE 90% FORAM DE PRODUTOS DO SETOR AGROPECUÁRIO DO ANO."

BRASIL: EXPORTAÇÃO PARA A RÚSSIA

	2011		2012		2013	
	Valor (US$ mil)	Volume (t)	Valor (US$ mil)	Volume (t)	Valor (US$ mil)	Volume (t)
Café	185.902	32.082	172.185	30.896	146.495	32.683
Carnes	1.607.975	434.740	1.635.908	465.025	1.781.641	496.057
Bovina	1.060.701	237.631	1.103.529	261.918	1.213.008	306.273
De frango	123.515	60.366	133.072	65.529	137.285	47.292
De peru	25.793	7.290	27.839	7.929	16.722	5.878
Suína	393.537	126.449	367.123	127.071	411.903	134.891
De equídeos	0	0	0	0	311	104
Outras carnes	4.431	3.003	4.344	2.578	2.413	1.619
Açúcar	1.856.251	3.275.089	744.893	1.427.403	589.109	1.383.645
Fumo	190.542	41.390	214.120	53.609	164.730	42.959
Demais produtos	209.177	298.140	137.364	148.536	71.150	37.529
Total	**4.049.848**	**4.081.441**	**2.904.471**	**2.125.469**	**2.753.126**	**1.992.873**

Fonte: AGROSTAT Brasil, a partir de dados da SECEX/MDIC

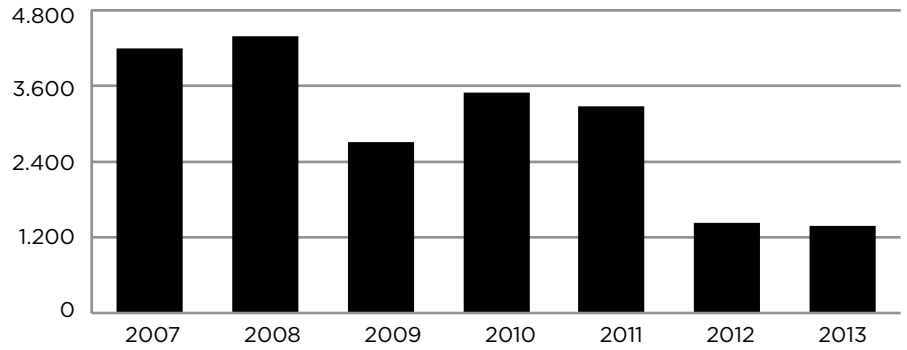
• ao elevado teor de cloro livre na água utilizada no processamento de carne de aves; e

• à diferença entre os parâmetros sanitários do Brasil e da Rússia no tocante ao uso de antibióticos.

Para 2014, as perspectivas são de manutenção dos volumes de carnes importados e de aumento das importações de açúcar, o que indica que as exportações brasileiras de produtos agrícolas podem superar 4 bilhões de dólares.

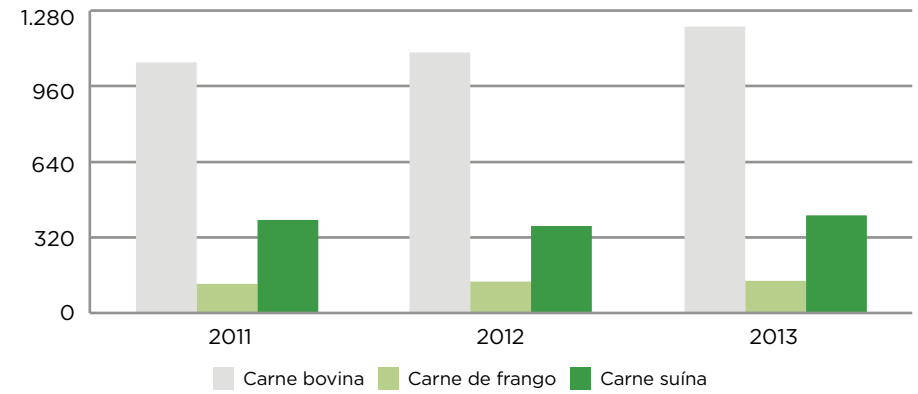
O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) apresentou proposta de encontro técnico com o serviço veterinário russo, em Moscou, nesse último mês de fevereiro, com objetivo de harmonização de procedimentos sanitários e fitossanitários. Além deste primeiro encontro, a meta é organizar mais dois ou três encontros técnicos entre o MAPA e o Rosselkhoznadzor (Serviço Federal Russo de Controle Veterinário e Fitosanitário) para avançar as propostas de novos certificados sanitários para exportação de produtos agrícolas à Federação Russa e demais países da União Aduaneira (necessários para a exportação de bovinos vivos para abate; bovinos vivos para reprodução; sêmen e embriões bovinos; carne equina; rações de origem animal, entre outros produtos) e, também, a harmonização da certificação de qualidade do trigo russo a ser exportado para o Brasil.

BRASIL: EXPORTAÇÃO DE AÇÚCAR PARA A RÚSSIA (MIL TONELADAS)



Fonte: AGROSTAT Brasil, a partir de dados da SECEX/MDIC

BRASIL: EXPORTAÇÃO DE CARNE PARA A RÚSSIA (US$ MIL)



Fonte: AGROSTAT Brasil, a partir de dados da SECEX/MDIC



SHUTTERSTOCK

Nos últimos três anos, os exportadores brasileiros participaram da exposição World Food Moscow, importante evento de promoção de alimentos na Rússia, com patrocínio do MAPA, do Itamaraty e da Apex-Brasil. Em 2014, pela primeira vez, haverá participação brasileira de doze expositores na PRODEXPO'2014, que acontece também em Moscou, em fevereiro.

O meu mandato como adido agrícola em Moscou concluir-se-á em junho. Retorno ao Brasil no início do segundo semestre, com a certeza de que meu substituto(a), como o(a) do MAPA e do Itamaraty, persistirá no objetivo de: atender as demandas do agronegócio brasileiro; cumprir as prioridades estabelecidas; e assegurar que o fluxo de informações entre o MAPA e o Ministério da Agricultura da Federação Russa seja contributivo, objetivo e ágil.

Reitero, como sempre, que o acesso ao mercado russo, assim como sua manutenção e ampliação, continua a exigir muito cuidado e atenção. ■

Este artigo reflete a opinião do autor, e não da instituição que representa.

* Adido agrícola na Embaixada do Brasil em Moscou

Energia limpa

A MOBILIDADE DO FUTURO

Plinio M. Nastari*

NO BRASIL, o desenvolvimento da tecnologia automotiva que viabilizou o uso de etanol hidratado em veículos dedicados movidos a etanol permitiu a expansão da produção de etanol durante a década de 1980 e todos os impactos que dele advieram: para a criação de emprego; para a diversificação da indústria açucareira, diminuindo sua dependência e risco em relação à *commodity* açúcar; para a criação de polos de desenvolvimento no interior; para a redução das emissões de monóxido de carbono e hidrocarbonetos reativos nas grandes cidades; para o controle de emissões de gases do efeito estufa; e para a balança comercial, ao diminuir a dependência e as importações de gasolina.

Mais recentemente, a partir do marco de 2003, foram lançados no mercado os veículos flexíveis, capazes de utilizar qualquer mistura de etanol hidratado e gasolina contendo etanol em mistura (no padrão em vigor no Brasil, de 25% mais ou menos 1% de etanol anidro). Esse desenvolvimento da tecnologia automotiva permitiu um novo ciclo de expansão no consumo de etanol hidratado e trouxe uma vantagem intangível para os consumidores, que passaram a dispor da opção de abastecer seus veículos com o combustível que julguem mais econômico no ato do reabastecimento.

NA CÉLULA DE COMBUSTÍVEL, A EFICIÊNCIA TERMODINÂMICA É PRATICAMENTE O DOBRO DA ATUAL.

Distorções à parte, causadas pela atual política de subsídio ao preço da gasolina ao consumidor, o modelo que se desenvolveu no Brasil nos últimos onze anos é moderno e tem permitido a manutenção – e o crescimento potencial no futuro – do uso do etanol combustível, renovável, limpo e gerador de desenvolvimento econômico descentralizado.



SHUTTERSTOCK

Mas, para onde caminha a mobilidade individual? O etanol vai continuar desempenhando algum papel relevante no que se vislumbra ser a tecnologia para a mobilidade no futuro?

Já não há muita dúvida sobre qual deva ser esse futuro; há debate apenas sobre qual o prazo para que se chegue até ele. No futuro, a mobilidade estará ligada ao uso de células a combustível, que são muito mais eficientes do que o atual motor de combustão interna. São desenvolvimentos tecnológicos como esse que permitem antever que a energia vai ser utilizada de maneira cada vez mais eficiente e que, por esse motivo, os recursos energéticos vão ser mais bem aproveitados no futuro.

O motor a combustão interna é, hoje, uma maneira considerada quase primitiva de transformar energia em trabalho. A eficiência termodinâmica dos motores do ciclo Otto (em que a ignição dá-se por centelha) varia entre 26% e 29% e a dos motores do ciclo Diesel (em que a ignição dá-se por compressão) varia entre 28% e 32%. O resto da energia é desperdiçado na transformação e boa parte, dissipada na forma de calor. É por esse motivo que os carros são feitos de aço ou, no melhor dos casos, de alumínio (o que os torna mais caros), e não de plásticos ou derivados de carbono mais leves e resistentes.



SHUTTERSTOCK

Combustível e tecnologia automotiva

O combustível não se dissocia da tecnologia automotiva. Como irmãos siameses, um está intimamente ligado ao outro. Sem a existência de um, o outro não sobrevive no longo prazo. Há inúmeros exemplos de fracassos de política energética ou, mais especificamente, de políticas para combustíveis líquidos pela incapacidade de associar o desenvolvimento de um mercado de combustível ao correspondente avanço na área da tecnologia automotiva.

Da mesma maneira que, na década de 1980, o etanol foi importante e valorizado por sua capacidade de reduzir emissões de monóxido de carbono em motores equipados com carburadores, atualmente, em veículos equipados com injeção eletrônica, o etanol tem sido valorizado por sua capacidade de substituir compostos aromáticos carcinogênicos e geradores de emissões de material particulado fino.

Coloca-se um radiador na sua frente para refrigerar o motor, os motores são pesados e essa opção tecnológica faz com que gastemos energia para locomover veículos pesando 600 kg a 900 kg, para permitir a mobilidade de indivíduos com peso médio entre 65 kg e 90 kg, ou este peso multiplicado pelo número de passageiros. Por causa da tecnologia em uso, trafegamos e gastamos energia para mover minitanques de guerra para viabilizar o transporte individual. O transporte coletivo resolve esse problema, mas, mesmo assim, muitas pessoas irão continuar preferindo o transporte individual, e é difícil imaginar que haverá apenas transporte coletivo no futuro.

Na célula a combustível, a eficiência termodinâmica de 55% a 60% é praticamente o dobro daquela hoje existente nos motores do ciclo Otto ou Diesel. Isso ocorre, basicamente, porque o combustível gerado é a eletricidade, que queima de forma mais eficiente em motores elétricos, que são também mais leves e dissipam menos calor. Se o caminho é a eletricidade, haverá, obviamente, o crescimento dos carros elétricos. Isso já começa a se desenvolver e deve crescer à medida que baterias mais leves e eficientes sejam desenvolvidas. Mas, antevê-se que ainda a maior parte do abastecimento deve dar-se com combustíveis líquidos e com o gás (GNV). O carro do futuro equipado com célula a combustível utilizando combustível líquido deverá ter um conjunto de membranas de troca iônica, que irão separar o hidrogênio do combustível, e um reator, que irá queimá-lo, gerando eletricidade, que, por sua vez, vai mover motores elétricos em cada roda. Vai ser um veículo muito mais leve, com muito menor perda energética, e que vai permitir uma verdadeira revolução no uso de materiais, mais leves e que propiciarão um grande aumento na sua autonomia.

Quando essa tecnologia estiver disponível comercialmente, os combustíveis que serão mais valorizados serão aqueles capazes de gerar a maior quantidade possível de hidrogênio. Estes combustíveis são os álcoois. O que tem melhor capacidade é o metanol, mas a opção por este combustível tem estado comprometida por questões relacionadas à sua periculosidade. O segundo melhor é o etanol. Dentro desse cenário, é importante continuar valorizando o etanol como fonte energética para a mobilidade, pois, no futuro, será muito estratégico dispor de capacidade para produzi-lo e consumi-lo em larga escala.

A transição entre o que existe hoje e o que deve existir no futuro são os carros híbridos, que armazenam eletricidade durante a queima do combustível na tecnologia convencional e usam esta eletricidade quando o esforço exigido é menor. Por esse motivo, é importante que a política fiscal que tem orientado a direção da tecnologia automotiva no Brasil reconheça a grande oportunidade que temos à frente; e que as vantagens de IPI diferenciado sejam direcionadas para induzir os fabricantes de veículos a oferecer carros híbridos flexíveis. O risco é que surjam carros híbridos movidos apenas a gasolina, que deixariam, nesse período de transição, de preservar o uso exclusivo de etanol combustível, um combustível que será muito estratégico e valorizado quando se tornarem comerciais os carros equipados com células a combustível. ■

* Presidente da DATAGRO; foi professor de Microeconomia e Macroeconomia da EAESP/FGV, presidente do Conselho da Associação Brasileira de Engenharia Automotiva (AEA) e participou como membro dos grupos técnicos da Comissão Nacional de Energia e da Comissão para Reexame da Matriz Energética

Rentabilidade em 2013

O AGRONEGÓCIO E O MERCADO FINANCEIRO

Rafael Ribeiro de Lima Filho[1] Gustavo Adolpho Maranhão Aguiar[2]
Alcides de Moura Torres Junior[3]

EM TODO começo de ano, calculamos as rentabilidades das atividades agropecuárias e de outras opções de investimento de capital, referentes ao fechamento do ano anterior. Nesse momento, destacamos a valorização do dólar e dos fundos cambiais e o bom resultado econômico para a pecuária leiteira e a pecuária de corte, considerando os sistemas mais tecnificados.

Com exceção da cana-de-açúcar e do leite de alta tecnologia, todas as outras atividades rurais perdem para a inflação, ou seja, a rentabilidade é inferior à inflação do período. Sempre é bom lembrar que o agricultor e o pecuarista ficam espremidos entre os fornecedores oligopolistas (grupo de empresas que concentram a oferta dos produtos) e os compradores quase monopsonistas (quando há apenas um comprador para o produto).

No caso da agricultura, em especial na soja, houve queda na rentabilidade, em relação a 2012, quando os preços foram recordes. Mesmo assim, a atividade seguiu com bom desempenho econômico, de modo a incentivar o aumento da área plantada no País. É natural esses resultados variarem caso a caso. De um modo geral, os parâmetros como oferta e demanda da produção, produtividade obtida, atração por terra, dentre outros, alteram a rentabilidade dentro de uma mesma atividade.

Dólar foi o mais rentável

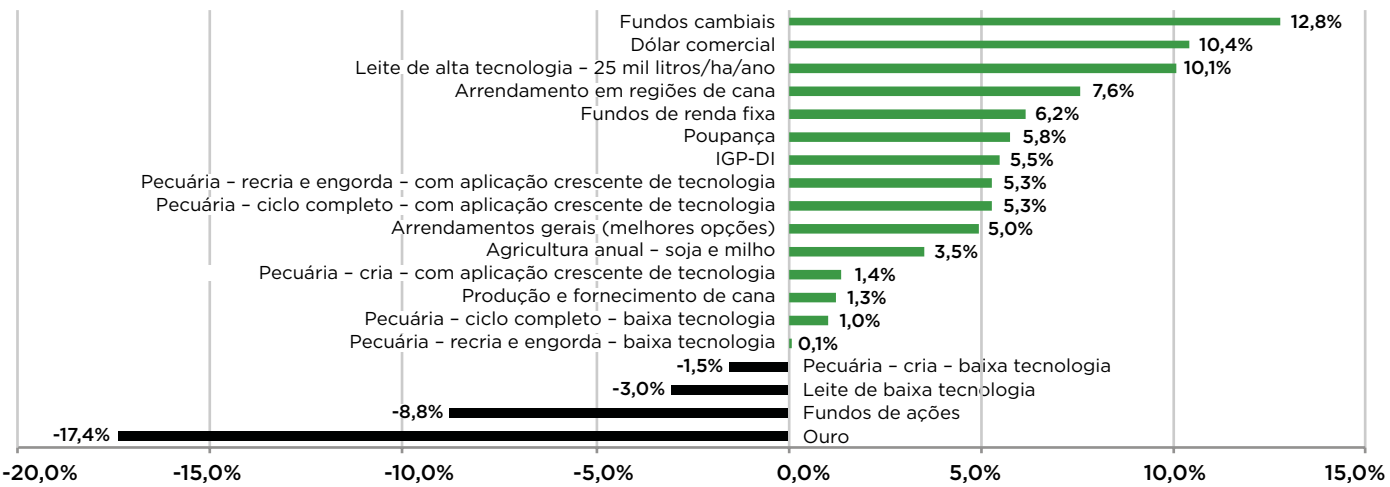
O dólar e os fundos cambiais assumiram a liderança dos investimentos em 2013. As rentabilidades foram de 10,4% e 12,8%, respectivamente. Em 2012, estas opções perderam apenas para fundos de ações e o ouro, que ocuparam a posição inversa em 2013, nas últimas colocações, fechando o ano com queda de 8,8% e 17,4%, respectivamente.

Os resultados dos investimentos de baixo risco – os fundos de renda fixa e a poupança – foram de 6,2% e 5,8% ao ano, nesta ordem. A inflação calculada pelo IGP-DI (Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna) fechou o ano com alta de 5,5%. Observe-se que a inflação ficou acima da rentabilidade de boa parte das atividades analisadas. Ou seja, nesses casos, não houve ganhos reais.

Pecuária de corte e leite

Dentre as atividades agropecuárias, a pecuária leiteira de alta tecnologia foi a que teve o melhor resultado. A rentabilidade foi de 10,1%, em 2013. A demanda firme e a menor disponibilidade de leite, no primeiro semestre de 2013, puxaram as cotações para cima em todos os elos da cadeia. O preço médio pago ao produtor em 2013, de R$ 0,932 por litro de leite, ficou 15,2% maior do que a média de 2012, cujo valor foi de R$ 0,809 por litro. Além da valorização do leite, os custos de produção, em especial com

RENTABILIDADE NOMINAL DAS ATIVIDADES EM 2013



Fonte: FGV; BACEN; Banco do Brasil; Scot Consultoria

Conceito de rentabilidade

Rentabilidade refere-se ao valor que alguém espera receber por ter investido seu dinheiro durante determinado período de tempo, ou seja, é o retorno de um investimento. Seu valor é expresso em percentual e denominado como nominal ou real.

A diferença entre a rentabilidade nominal e a real é simples:

• rentabilidade real é o valor final recebido por um investimento após ser descontada a inflação acumulada no período; e

• rentabilidade nominal é o valor bruto, sem considerar a perda de valor do dinheiro provocada pela inflação do período.

As rentabilidades das produções agropecuárias apresentadas neste artigo foram calculadas dividindo-se o lucro operacional (que considera a depreciação de máquinas e equipamentos) pelo capital total investido na atividade. No caso, o capital é o preço da terra.

RENTABILIDADE NOMINAL DAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS

Atividade	2012	2013
Leite de alta tecnologia – 25 mil litros/ha/ano	7,71%	10,08%
Arrendamento em regiões de cana	6,59%	7,62%
Pecuária – recria e engorda – com aplicação crescente de tecnologia	5,35%	5,33%
Pecuária – ciclo completo – com aplicação crescente de tecnologia	5,27%	5,32%
Arrendamentos gerais (melhores opções)	3,76%	4,97%
Agricultura anual – soja e milho	7,00%	3,51%
Pecuária – cria – com aplicação crescente de tecnologia	1,37%	1,41%
Produção e fornecimento de cana	2,40%	1,27%
Pecuária – ciclo completo – baixa tecnologia	1,06%	1,03%
Pecuária – recria e engorda – baixa tecnologia	0,11%	0,12%
Pecuária – cria – baixa tecnologia	-1,54%	-1,53%
Leite de baixa tecnologia	-2,61%	-3,03%

Fonte: Scot Consultoria

a alimentação concentrada, caíram na comparação com 2012.

Para a pecuária de corte, mesmo diante da melhora dos preços dos bovinos terminados e para reposição, a rentabilidade ficou praticamente estável em relação a 2012. A rentabilidade média, considerando as atividades com aplicação crescente de tecnologia, foi de 5,3% para a recria, engorda e ciclo completo e de 1,4% para a cria. As rentabilidades para as atividades pecuárias com baixa tecnologia foram baixas e, em alguns casos, deram prejuízo, como, por exemplo, para a cria (pecuária de corte) e produção de leite.

Agricultura

A rentabilidade obtida com a produção de grãos, levando em conta a média de soja e milho, caiu de 7,0%, em 2012, para 3,5%, em 2013. O aumento da oferta de soja e a recuperação parcial dos estoques mundiais pressionaram as cotações para baixo, num cenário diferente do de 2012, quando a oleaginosa chegou a ser comercializada por R$ 90,00 por saca em Paranaguá-PR, no pico de preço.

No caso do milho, o incremento considerável da produção na segunda safra derrubou os preços do grão no segundo semestre, mesmo com uma demanda firme para exportação. Para a cana-de-açúcar, o arrendamento, com 7,6% de rentabilidade em 2013, segue como melhor opção em relação à produção e fornecimento para a usina, cuja rentabilidade foi de 1,3% no ano.

Expectativas para 2014

Em 2013, de maneira geral, os resultados foram positivos para o agronegócio brasileiro, porém com rendimentos menores na comparação a algumas opções de investimento do mercado financeiro, como o dólar e alguns fundos. Para 2014, as expectativas são de preços firmes e em patamares elevados para a pecuária de corte e leite. Trata-se de uma perspectiva de boas margens para os pecuaristas. A demanda firme segue como principal fator de sustentação.

A preocupação do pecuarista, em particular nos sistemas mais intensivos, volta a ser a alta dos custos de produção, em especial com a alimentação. Os preços do milho e da soja subiram com a falta de chuva e o forte calor no final de janeiro e nas primeiras semanas de fevereiro. O clima adverso pode afetar a produtividade das áreas a ser colhidas na safra de verão. A seca tem atrasado, também, o plantio da segunda safra de milho, em especial na região Sul do País. Do lado do agricultor, uma possível alta do milho e da soja significaria aumento de faturamento e melhoria dos resultados econômicos, já que os custos de produção agrícola foram maiores nessa temporada.

De qualquer forma, independentemente dos parâmetros considerados, gestão e planejamento são as principais armas à disposição para enfrentar os tempos difíceis ou prosperar nos momentos favoráveis. Por fim, a aplicação de tecnologia buscando a melhoria dos índices produtivos e ganhos em escala tem sido a chave do sucesso, seja na agricultura, seja na pecuária. Os resultados econômicos mostram-nos isso. ■

1 Zootecnista da Scot Consultoria (rafael@scotconsultoria.com.br)
2 Zootecnista da Scot Consultoria (gm@scotconsultoria.com.br)
3 Engenheiro agrônomo da Scot Consultoria (alcides.torres@scotconsultoria.com.br)

Ano Internacional da Agricultura Familiar

FORTALECIMENTO DA ATIVIDADE PRIMÁRIA

Adriano José Timossi*

A ORGANIZAÇÃO das Nações Unidas (ONU) proclamou 2014 como o Ano Internacional da Agricultura Familiar (AIAF). Definida como uma forma de organização agrícola, florestal, de pesca, pecuária ou aquicultura gerida e operada por uma família, a agricultura familiar abrange agricultores de pequena e média dimensão, camponeses, comunidades indígenas, pescadores e pastores.

A crise de alimentos iniciada em 2007 e a crise financeira internacional de 2008 trouxeram à tona o tema da segurança alimentar nos fóruns internacionais. Milhões de dólares foram prometidos para a cooperação internacional nas reuniões multilaterais e inter-regionais do chamado G8, grupo de países mais ricos do mundo.

Assim, após muitas décadas segregada aos olhos da chamada comunidade internacional, criou-se um novo momento para o ressurgimento da agricultura familiar como um elemento relevante para o desenvolvimento socioeconômico. Nos últimos anos, o setor passou a representar apenas 6% do total das contribuições dos países destinadas para cooperação ao desenvolvimento internacional, enquanto, na década de 1980, esse montante representava 17%.

Junto à segurança alimentar, o renascimento da agricultura familiar ganha um enfoque importante nas políticas públicas de apoio à agricultura no cenário internacional.

Recentes mudanças na Política Agrícola Comum (PAC), da União Europeia, e na Farm Bill, dos EUA, reorientam subsídios para esse segmento. Essa ênfase foi endossada tanto pela cúpula da União Africana (UA), quanto pela Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC), enquanto o Mercosul criou um fundo especial de apoio.

Comitê Mundial de Acompanhamento

É composto por doze Estados-membros (Afeganistão, África do Sul, Angola, Argentina, Austrália, Bangladesh, Brasil, Canadá, Eslováquia, Filipinas, França e Kuwait), pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), pelo Programa Mundial de Alimentos (PMA), pela FAO, pela agência Biodiversity International, pelo Fórum Rural Mundial (FRM), pela União Europeia e pela Organização Mundial de Agricultores (OMA).

A sua função, segundo a FAO, será promover a integração das questões pertinentes à agricultura familiar nos vários processos de elaboração de políticas públicas nos níveis nacional, regional e mundial. Cerca de cinquenta países já criaram comitês nacionais. No Brasil, participam trinta e duas entidades da sociedade civil e dezoito órgãos do Governo.

O comitê nacional brasileiro prepara uma programação intensa, com o objetivo de aumentar a visibilidade e mostrar a importância da agricultura familiar.

No nível mundial, a FAO cita a existência de mais de 500 milhões de propriedades ou negócios familiares. Isso corresponde a cerca de 80% das propriedades agrícolas mundiais, responsáveis pelo abastecimento de grande parte dos alimentos consumidos diariamente. De um total de 3 bilhões de pessoas com moradia no campo, quase 85% dependem da agricultura como fonte de renda principal, a maioria engajada em agricultura familiar. Vale lembrar que, no Brasil, 80% das pequenas propriedades com menos de 20 hectares estão no Nordeste, em ambiente hostil em termos climáticos e edáficos, de baixa infraestrutura, falta de cooperativas, entre outros desafios.

É importante observar que os países asiáticos foram ativos nas negociações do Acordo de Bali, da Organização Mundial do Comércio (OMC). Enfático, o Grupo dos 33 (G33), liderado por Índia e Indonésia, defendeu os programas de compras públicas de pequenos produtores para manter os estoques públicos, tendo em vista a segurança alimentar da população. Depois de provocar grande discussão, a chamada cláusula de paz, que permite a concessão de subsídios sob tais condições, teve de ser acordada.

Com uma pujante estrutura institucional criada, o AIAF 2014 deve contribuir para lançar um debate mundial, em momento oportuno, sobre o papel atual, desafios e potencial da agricultura familiar. Dentre as metas, estão a promoção de segurança alimentar e nutrição, a erradicação da pobreza e fome, o desenvolvimento rural e urbano e a produção sustentável de alimentos.

A agricultura familiar ocupa uma parcela importante do mundo rural tanto em países ricos, como em países em desenvolvimento. Espera-se observar avanços no campo de cooperação internacional e de políticas públicas eficazes para o fortalecimento deste importante modelo de produção. ■

* Engenheiro agrônomo da Organização Intergovernamental Centro Sul (baseada em Genebra, na Suíça)

Farm Bill 2014

MAIS RETROCESSOS DO QUE AVANÇOS

Luiz Claudio Carmona*

NO DIA 7 de fevereiro último, foi sancionada a nova Lei Agrícola Americana, mais conhecida como Farm Bill. A primeira Lei Agrícola Americana foi aprovada em 1933, durante a Grande Depressão, como forma de apoiar os produtores frente aos baixos preços dos alimentos.

Em 1996, ocorreram mudanças importantes na lei, com a substituição das políticas de formação de estoques governamentais por programas de garantia de renda aos produtores. A mudança foi um avanço do ponto de vista orçamentário, mas a concessão de subsídios aos produtores alcançou níveis recordes entre 1999 e 2001. Como resposta às distorções causadas por estes subsídios, o Brasil iniciou, em 2002, o vitorioso painel do algodão contra os Estados Unidos na Organização Mundial do Comércio (OMC).

Na Farm Bill, os gastos anuais previstos chegam a US$ 95 bilhões, sendo que 79% deste total correspondem ao programa social de ajuda alimentar e 14%, às políticas de apoio para as *commodities*.

A seguir, são apresentadas as principais mudanças ocorridas na nova lei e seus possíveis impactos na agricultura brasileira.

Pagamentos diretos

O programa de pagamentos diretos foi criado em 1996, como forma de indenizar parcialmente os produtores pela diminuição da concessão de subsídios após a extinção de outro programa de apoio. No entanto, os pagamentos diretos perderam apoio político nos últimos anos, porque os produtores recebiam os pagamentos mesmo com o setor agrícola passando por um período de grande prosperidade. Em 2012, o total repassado aos produtores agrícolas com este programa foi de US$ 4,1 bilhões.

Assim, a nova lei eliminou este programa para todas as *commodities*, exceto para o algodão, no qual estão previstos pagamentos transitórios por mais dois anos nos condados onde o novo programa de seguro de receita para o produto ainda não estiver disponível. Apesar da perda de apoio político, os pagamentos diretos tinham a vantagem de ter baixo potencial distorcivo, pois não estavam vinculados à produção corrente.

Programa de garantia de preço mínimo

Foi aprovada a manutenção do programa de garantia de preços mínimos, conhecido como Marketing Loans. Todos os preços mínimos foram mantidos, com exceção do algodão, cujo preço mínimo será reduzido até certo limite caso o preço médio de mercado do produto nos dois anos anteriores fique abaixo deste valor.

O programa encontra-se praticamente inoperante atualmente, já que os preços agrícolas atuais estão em patamares muito acima dos preços mínimos. Apesar de ter sido condenado no painel do algodão, o programa não tem o poder de distorcer o mercado no cenário atual, mas pode tornar-se muito nocivo se os preços do mercado caírem significativamente. Em 2012, o total repassado aos produtores pelo programa foi de US$ 115 milhões, enquanto o seu recorde deu-se em 2000, com US$ 6,5 bilhões.

Programas contracíclicos

Até a lei anterior, os produtores podiam optar por um dos dois programas de pagamentos contracíclicos em vigor, o de Counter-cyclical Payments (pagamentos contracíclicos, em tradução livre), baseado em preço, e o de Average Crop Revenue Election (eleição da receita agrícola média, em tradução livre), baseado na receita do produtor. Ambos os programas concediam pagamentos quando o preço de mercado ficava abaixo de um preço de referência, chamado *target price* (preço-alvo, em tradução livre). Os preços de referência destes programas eram, em média, 35% superiores aos do programa de garantia de preços mínimos. Os pagamentos eram feitos com base em 85% da área histórica plantada pelo produtor, como forma de minimizar a sua influência na decisão de plantio.

Para substitui-los, foram criados dois programas (o Price Loss Coverage ou cobertura contra prejuízo de preço, em tradução livre; e o Agricultural Risk Coverage ou cobertura de risco agrícola, em tradução livre) muito semelhantes aos anteriores, mas que passam a deixar de fora o algodão. Para os demais produtos, foram estabelecidos preços de referência mais elevados do que na versão anterior. O aumento médio foi de 36% para os principais produtos. Em 2012, o total de gastos com estes dois programas somados foi de US$ 1,4 bilhão, enquanto o seu recorde foi em 1999, com US$ 4,1 bilhões.

Com exceção do algodão, as mudanças em relação a esse tipo de pagamento são negativas, já que um dos programas eliminados já havia sido condenado pelo painel do algodão; e já que, agora, pode ter seus efeitos distorcivos acentuados pela elevação geral dos preços de referência. Esses programas ficam com o poder de distorção limitado somente se os preços das *commodities* estiverem em níveis bem elevados.

Programas de seguro

Os produtores americanos têm à sua disposição diferentes modalidades de seguro de proteção contra perdas de produção ou receita. Praticamente qualquer produto agrícola pode ser segurado nos

TABELA 1: SUBSÍDIO GOVERNAMENTAL AO PRÊMIO DO SEGURO

Nível de cobertura (%)	< 50[1]	50	55	60	65	70	75	80	85
Subsídio ao prêmio (%)	100	67	64	64	59	59	55	48	38

1 Referente ao seguro contra catástrofes naturais (Catastrophic Risk Protection Endorsement – CAT), com o qual o produtor não paga pelo prêmio, mas apenas uma taxa administrativa de US$ 300,00 por contrato

TABELA 2: COMPARAÇÃO ENTRE OS GASTOS COM SEGURO E OS CUSTOS OPERACIONAIS (DADOS DE 2012)

Commodities	Gasto médio com seguro (US$/ha)	Subsídio médio (%)	Cobertura implícita[1] (%)	Custo operacional (US$/ha)	Participação do seguro no custo (%)
Algodão	61,02	66	52	1.255,67	**4,9**
Milho	49,77	62	63	867,19	**5,7**
Soja	33,26	63	61	367,48	**9,1**
Trigo	35,83	62	63	317,10	**11,3**

1 Estimativa da cobertura média do seguro contratado com base no subsídio total concedido pelo governo
Fonte: elaborado a partir de dados da Rain and Hail Insurance Society e do USDA's Economic Research Service

Estados Unidos. Os níveis de cobertura variam de menos de 50% até 85% da média histórica da produtividade ou da receita esperada, e o subsídio governamental ao prêmio (custo do seguro) varia de 38% até 100% (Tabela 1).

No caso das *commodities*, o preço do produto segurado é definido previamente, com base no mercado futuro, para que os produtores saibam suas garantias e para que as seguradoras possam calcular a sua exposição ao risco.

O subsídio concedido pelos programas de seguro chegou a US$ 7,3 bilhões em 2013, praticamente quatro vezes mais do que o concedido há dez anos. Para se ter uma ideia do avanço do seguro rural nos Estados Unidos, entre 1994 e 2012, a área segurada subiu de 33% para 74% da área total cultivada. O seguro baseado em receita triplicou nos últimos cinco anos, chegando a representar 82% do valor total segurado em 2012.

A seca ocorrida nos Estados Unidos em 2012 teve como consequência uma importante queda na safra, principalmente no caso do milho. No entanto, diferentemente dos desastres naturais ocorridos anteriormente, dessa vez, o Congresso americano não aprovou nenhum programa emergencial. Isso pode ter sido consequência direta da consolidação desses programas de seguro rural.

A nova lei criou dois novos programas de seguros, além de aumentar a alocação de recursos. Um deles, o STAX (Stacked Income Protection Plan, em inglês), para uso exclusivo dos produtores de algodão, indeniza o produtor a partir de perdas de 10% da receita, com base no resultado médio do condado em que ele está. Similarmente, para as demais *commodities*, foi criado a Supplemental Coverage Option (opção de cobertura suplementar, em tradução livre), que prevê indenizações baseadas em perdas a partir de 14% da produção ou receita esperada para o condado do produtor. Os programas terão subsídios ao prêmio de 80% e 65%, respectivamente.

Avaliar o potencial de distorção do conjunto dos programas de seguro de receita, talvez, seja a tarefa mais complexa dessa nova Farm Bill. O grau de distorção de um seguro de receita está estreitamente vinculado ao subsídio governamental a ele concedido. Como o seguro é operado por agentes privados, a exposição ao risco destes agentes em apólices com altas coberturas é extremamente elevada, o que encarece significativamente o seu preço. Portanto, trata-se de um tipo de seguro muito caro com altas coberturas, mas que conta com pesados subsídios do governo.

A avaliação do impacto distorcivo desse tipo de subsídio no mercado pode ser feita pela comparação entre os gastos com seguro e os custos operacionais de produção de algumas das principais *commodities* produzidas nos Estados Unidos. A Tabela 2 apresenta esta comparação, com base em dados de 2012.

Segundo o exercício apresentado, quando o seguro contratado tem coberturas acima de 60%, a participação do prêmio estimado passa a ter uma maior importância em relação ao custo de produção, podendo chegar a valores acima de 10%. Se essa tendência for confirmada, parece pouco provável que, mesmo com elevados subsídios, os produtores passem a contratar apólices com coberturas muito acima de 60%, pois a parte do prêmio que caberá a eles pesará muito sobre seus custos. Ademais, num eventual cenário futuro de preços mais baixos, parece pouco provável que os produtores optem por elevar ainda mais o custo de produção contratando seguros que não irão garantir remunerações tão atrativas assim.

Conclusões

As modificações na Farm Bill parecem ter elevado, em certo grau, o potencial de distorção da política agrícola americana, fundamentalmente pela elevação dos preços de referência dos programas contracíclicos. Este potencial continua muito elevado em cenários de preços baixos, mas limitado em cenários de preços elevados. As alterações relacionadas aos programas de seguro de receita parecem não ter o potencial de influenciar significativamente a decisão de plantio dos produtores. Isso porque os custos para a contratação de seguros com grandes coberturas são elevados, o que pode comprometer a rentabilidade dos produtores. Sendo assim, é importante que se mantenha um acompanhamento constante dos impactos destes programas no mercado internacional e seus reflexos sobre a produção, principalmente em relação aos produtos que competem com as exportações brasileiras. ■

* Coordenador-geral de Assuntos Multilaterais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)

Armazenagem

O ELO PERDIDO DO AGRONEGÓCIO

Renato Casali Pavan*

MUITO SE questiona sobre qual a melhor forma para compatibilizar a capacidade estática da armazenagem, seja a granel (silos) ou em sacaria (convencional), com a produção de grãos da agricultura brasileira. A resposta apresenta-se como um desafio pelo fato de a distribuição física das unidades armazenadoras ter se mantido proporcionalmente maior na região Sul, enquanto a produção cresceu de forma significativa na região Centro-Oeste.

Existe, de fato, um déficit na armazenagem, mas que, muitas vezes, é calculado de forma equivocada. Vamos tomar como base o ano de 2013. A oferta instalada de armazéns era de 142,6 milhões de toneladas. Já a demanda, considerando o tamanho da safra 2013/14, era de 186,1 milhões de toneladas. A diferença, de 43,5 milhões de toneladas, ou seja, de 24% da produção, seria, então, o número para efeito de planejamento e execução da política pública.

No entanto, realizado dessa forma, o cálculo não é correto, pois a armazenagem é dividida por níveis.

Do ponto de vista prático, é fundamental ter a visão sistêmica de como a armazenagem funciona, não apenas para regular o fluxo do transporte dos produtos, da origem ao destino final, mas também para evitar perdas e favorecer a comercialização.

Por isso, se deve separar a armazenagem instalada pelo nível que ela ocupa no sistema de logística: propriedade, coletora, reguladora e terminal (ver box). Da mesma forma, deve-se calcular o déficit, em função da localização, utilização e nível da armazenagem.

O cálculo da necessidade global de armazéns, para a estocagem, comercialização e movimentação de grãos, é efetuado multiplicando-se a quantidade produzida, de 186,1 milhões de toneladas, pelo coeficiente estabelecido pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, na sigla em inglês), que é de 1,27, chegando-se a 236,4 milhões de toneladas. O déficit total ficaria em torno de 95,0 milhões de toneladas.

As perdas pela falta de armazenagem em nível de propriedade

A deficiência de armazenagem em nível de produtor provoca pelo menos três enormes perdas ao longo da cadeia produtiva:

1) **Colheita:** a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) recomenda que o grão seja colhido com umidade entre 15% e 18%. Quando não há armazém na propriedade, o grão é colhido mais seco para retardar o processo de fermentação, com uma perda de 5%. Se admitirmos o preço médio dos grãos em torno de R$ 700,00 por tonelada, na zona de produção, a perda é de R$ 35,00 por tonelada, o que, multiplicado pela quantidade produzida, representa R$ 6,5 bilhões/ano.

2) **Pós-colheita:** uma vez colhido, sem o armazém na propriedade, o produto tem que ser transportado em seguida por caminhão para os armazéns coletores, independentemente das péssimas condições das estradas, com enormes dificuldades de tráfego, principalmente no Centro-Oeste. A grande demanda por caminhão aumenta consideravelmente o frete, além de se ter que enfrentar enormes filas nos armazéns coletores. Como o grão está úmido, fermenta, perde qualidade, e, consequentemente, o preço cai na ordem de 5%, de R$ 35,0 por tonelada, ou R$ 6,5 bilhões por ano. Além da perda da qualidade, o produtor tem que pagar pela operação de limpeza, secagem e armazenagem – gastos que, no armazém da propriedade, são bem menores.

3) **Transporte dos grãos para exportação:** o enorme congestionamento das infraestruturas de transporte por ocasião da movimentação da safra é consequência da inadequação do sistema de armazenagem, causando uma perda, segundo a Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (ANEC), da ordem de R$ 8,0 bilhões por ano. A soma desses valores é de R$ 21 bilhões por ano. Em cerca de dois anos, com a eliminação das perdas, paga-se os investimentos necessários estimados em R$ 53 bilhões. Mas, para eliminá-la, será considerado o prazo de dez anos.

BRASIL: BALANÇO DA OFERTA E DEMANDA NA ARMAZENAGEM DE GRÃOS (2013)

Região	Produção	Oferta			Demanda	Déficit	
	mil toneladas	Unidades	mil toneladas	%	mil toneladas	mil toneladas	%
Norte	5.503	470	2.986	2,1	6.989	4.014	4,2
Nordeste	12.278	1.162	8.823	6,2	15.593	6.770	7,2
Centro-Oeste	77.615	3.985	48.377	33,9	98.571	50.193	53,1
Sudeste	20.241	2.927	22.872	16,0	25.706	2.834	3,0
Sul	70.512	9.330	59.560	41,8	89.550	30.787	32,5
Total	**186.149**	**17.874**	**142.618**	**100,0**	**236.409**	**94.598**	**100,0**

Fonte: Conab; FAO

A visão sistêmica da armazenagem

O primeiro nível da armazenagem está na propriedade. Ela evita a perda de 5% na colheita, regula a movimentação da safra, diminui a pressão e o custo do frete, garante a qualidade do produto e aumenta o poder de comercialização, armazenando – às vezes de uma safra para outra – sempre à procura do melhor preço. A combinação destes fatores é suficiente para estimular o produtor a implantar o armazém na propriedade, tendo à sua disposição um financiamento altamente subsidiado pelo Banco do Brasil e pelo BNDES.

Mesmo que o produtor esteja vinculado a alguma cooperativa, a armazenagem na propriedade se torna uma extensão da armazenagem das cooperativas. Há casos em que o produtor pode se tornar um coletor, recebendo o valor da armazenagem. Nesse caso, os investimentos serão totalmente privados, apesar das linhas públicas de financiamento.

No segundo nível, tem-se a armazenagem coletora, cuja função é receber e padronizar os grãos, em termos de limpeza, secagem, fumigação e controle de qualidade. A sua operação é feita pelas indústrias, *tradings*, cooperativas, armazéns gerais e cerealistas, sempre com foco na estocagem do produto comercializado ou na disposição para a comercialização. Serve também para regular os fluxos de transporte. Os investimentos serão suportados em grande parte pela iniciativa privada ou pelas remanescentes companhias de armazenagem públicas.

No terceiro nível, tem-se a armazenagem reguladora, cuja função é regular o abastecimento. Nominalmente, apresenta um falso superávit. Quando se exclui as unidades convencionais (de sacaria) não utilizadas e as unidades mal localizadas, apresenta um déficit de 1,0 milhão de toneladas. Os novos armazéns reguladores deverão ser construídos, em locais estratégicos, pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Os investimentos são totalmente públicos ou por PPP (parceria público-privada).

O quarto nível é o da armazenagem terminal, dividido em duas partes:

• Interior: recebe e transfere os produtos da sua origem para o mercado interno e para a exportação. A sua implantação será efetuada pela iniciativa privada, por meio das concessionárias de transporte, *tradings* e cooperativas.

• Portuária: recebe o produto da rodovia, ferrovia e hidrovia para a exportação ou mercado interno (cabotagem). Quase a totalidade é privada.

Recursos para armazenagem

O Banco do Brasil e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), depois de vinte anos, colocaram novamente à disposição dos produtores rurais cerca de R$ 5 bilhões ao ano para financiar armazéns na propriedade rural, altamente subsidiados, com quinze anos para pagar, três anos de carência e juros de 3,5% ao ano. As propostas apresentadas somaram R$ 1,3 milhão entre julho e dezembro de 2013.

Considerando-se o preço médio dos grãos de R$ 700,00 por tonelada na região de produção, o produtor, tendo o armazém na propriedade, evita a perda na colheita, mantém a qualidade do seu produto, sem os gastos com a armazenagem coletora, e, ainda, não paga fretes elevados. No cômputo geral, ele deixará de perder 10% do valor do seu produto, avaliado em R$ 70,00 por tonelada, além de ter uma receita adicional de R$ 20,00 por tonelada, para melhorar sua capacidade de pagar o financiamento.

Movimentação da nova supersafra

Com a perspectiva de outra colheita recorde de grãos para a safra 2013/14, assistiremos às mesmas notícias pela mídia: falta de armazéns; estocagem de produto a céu aberto; a fila dos caminhões nos coletores, com perdas de qualidade e preço; 160 navios à espera nos portos de Paranaguá e Santos; fila de 100 quilômetros de caminhões nas estradas de acesso a tais portos etc. Na última safra, foram exportados 70 milhões de toneladas de produtos do agronegócio, tais como soja, milho, farelo de soja, óleo de soja e algodão. A previsão é de um crescimento para próxima safra de 10%, ou seja, 7 milhões de toneladas a mais.

Do lado da infraestrutura, há a previsão para a próxima safra de aumentar a exportação pelos Eixos do Norte:

• O que é novo e tem que ser comemorado é o novo Eixo de Transporte, compreendido pela BR-163, com transbordo em Miritituba (Rio Tapajós-PA) para barcaças, com destino à Vila do Conde e Santarém, e que movimentará, na próxima safra, cerca de 3 milhões de toneladas por um terminal, aliviando os Portos do Sul-Sudeste. Quando os outros seis terminais previstos em Miritituba estiverem operando, já na safra 2014/15, deverão escoar cerca de 20,0 milhões de toneladas, com um custo cerca de R$ 50,0 por tonelada menor.

• Entrará também em operação, no Porto de Itaqui (MA), parte do TEGRAN (Terminal de Grãos do Maranhão), que movimentará cerca de 1 milhão de toneladas na próxima safra e, quando estiver pronto, cerca de 8 milhões de toneladas/ano.

• Há, ainda, a perspectiva de que os Portos de Itacoatiara e Santarém exportem mais 1 milhão de toneladas na próxima safra.

Ainda assim, haverá um acréscimo de 2 milhões de toneladas pelos Portos do Sul-Sudeste. A ABAG, a CNA, a OCB e a Aprosoja, junto ao Governo e outras grandes lideranças do setor, estão engajadas não apenas no Programa da Armazenagem, mas também em apoio às soluções que visam tornar a próxima movimentação da safra menos problemática do que a última. ■

* Presidente da Macrologística

Geotecnologia

SUPORTE AO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

João dos Santos Vila da Silva*

NA MAIORIA dos estados brasileiros, as análises dos processos de regularização e licenciamento ambiental são realizadas de forma analógica (materiais impressos), com demanda de tempo considerável até a conclusão. Por sua vez, pelo fato de ser executado manualmente, um mesmo processo pode percorrer várias gerências dentro do órgão ambiental. Para a autorização de um empreendimento, é necessário observar as conformidades ambientais em relação às Unidades de Conservação (UCs), Áreas de Preservação Permanente (APPs), Reservas Legais (RL), Terras Indígenas (TI) etc.

Para contribuir com a operacionalização da política governamental de forma eficiente, rápida e transparente, o estado do Mato Grosso do Sul, por meio do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (Imasul), numa parceria com a Embrapa Informática Agropecuária, gerou uma série de informações espaciais úteis à regularização e ao licenciamento ambiental e desenvolveu o Sistema Interativo de Suporte ao Licenciamento Ambiental (Sisla), em funcionamento no estado desde agosto de 2008. As informações cadastrais e espaciais solicitadas pelo sistema são as mesmas requeridas pelo Cadastro Ambiental Rural (CAR), atendendo o artigo 29, capítulo 6 do Código Florestal aprovado em 2012.

É de exclusiva responsabilidade dos proprietários a elaboração dos mapas das propriedades rurais na forma vetorial, georreferenciados em meio digital e individualizados por planos de informações (Pis), devendo ser entregues ao Estado por mídia digital ou internet, quando for o caso.

A precisão cartográfica requerida na delimitação do perímetro da propriedade será a mesma já definida no Cadastro Nacional

Conheça o Sisla

Constitui-se em mais do que um sistema de informação geográfica para a *web* (http://sisla.imasul.ms.gov.br), baseado em *software* livre, que permite visualizar e realizar *download* de uma série de mapas do Mato Grosso do Sul. Com isso, o usuário pode obter a análise espacial com emissão de relatório do entorno do seu empreendimento referente à declividade (APP de encosta), aos biomas, às áreas protegidas (Unidades de Conservação) e às Terras Indígenas, de forma rápida, pela internet.

O Sisla possui 2,9 mil usuários cadastrados, com mais de 100 mil acessos desde a sua implantação (média mensal em torno de 2,7 mil). Ministérios, secretarias estaduais de Meio Ambiente, ONGs, universidades, polícia ambiental, bancos, empresas de consultoria de engenharia ambiental, pecuária e agrimensura, cooperativas, sindicatos, produtores rurais, empresas de energia e centros de pesquisa da Embrapa são os principais usuários. É uma importante fonte de informações para estudantes, professores e pesquisadores.

Com as coordenadas geográficas do seu empreendimento, um usuário pode obter a análise espacial (ponto, linha ou polígono) do seu entorno em menos de dois minutos. Esse fato permitiu ao Mato Grosso do Sul passar da análise espacial do licenciamento ambiental de forma analógica para a análise de forma digital, via *web*, rápida, segura e precisa. Para a qualidade das análises de regularização ambiental e autorização de licenciamento, o impacto foi positivo e benéfico para a sustentabilidade da agricultura e a conservação ambiental.

O uso de *softwares* livres e de imagens de satélite gratuitas, bem como a parceria técnica e financeira, oferece um baixo custo para o desenvolvimento e a implantação do Sisla. O *download* de mapas e as imagens de satélite auxiliam na implantação das ações exigidas pelo novo Código Florestal, podendo ser adaptadas para qualquer região do território nacional.

Nesse contexto, torna-se viável adequar e implantar o Sisla nos estados brasileiros mediante trabalho conjunto entre os governos estaduais e o Ministério do Meio Ambiente. Isso aprimorará o sistema de licenciamento ambiental nos estados e subsidiará o Cadastro Ambiental Rural (CAR). A integração entre as informações ambientais das propriedades e as posses rurais ajuda a compor uma base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico, além de combate ao desmatamento.

Dados manuseados no Sisla

Informações fornecidas pelo Estado:

- Base cartográfica;
- Cartas-imagem;
- Mapa de cobertura vegetal e uso da terra;
- Mapa de Áreas de Preservação Permanente (encosta, terço superior de morro, fluvial);
- Mapa das Unidades de Conservação ou áreas protegidas;
- Mapa dos biomas;
- Mapa das Terras Indígenas.

Informações fornecidas pelo produtor:

- Mapa da propriedade rural.

de Imóveis Rurais (CNIR) pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), por meio da Portaria nº 954, de 13 de novembro de 2002. As imagens de satélite usadas nos mapeamentos das propriedades deverão estar georreferenciadas e ajustadas tendo como base as cartas IBGE/DSG de 1:100.000 ou maiores, com apoio de pontos levantados em campo com GPS. Nas delimitações internas, não será necessário esse rigor cartográfico, sendo que os limites poderão ser extraídos por interpretação das imagens de satélite.

Benefícios para o Estado e o usuário

O sistema Sisla promove maior eficiência, transparência e agilidade nas análises de licenciamentos ambientais, além de maior segurança na tomada de decisão em projetos estratégicos e nas análises. Também propicia economia financeira no desenvolvimento, implantação do sistema e treinamento aos técnicos, devido ao uso de *softwares* livres, e permite a consulta aos dados espaciais ou não espaciais contidos na base cadastral do Estado, via internet.

O sistema propicia, ainda, uma diminuição considerável no prazo para tramitação da solicitação de licenciamento ambiental. O produtor rural pode consultar, pela internet, dados georreferenciados oficiais disponibilizados pelo Estado. Também é possível realizar a análise espacial do entorno do seu empreendimento a ser licenciado, verificando restrições ambientais, e emitir relatório previsto na legislação ambiental, de modo remoto. Além disso, o Estado oferece treinamentos para uso do sistema. ■

* Pesquisador da Embrapa Informática Agropecuária

Legislação ambiental

O Brasil tem buscado adotar legislações ambientais que visam conservar e preservar seus recursos naturais, aplicadas sinergicamente ou não, destacando-se, a partir de 1980, as seguintes normativas:

• A Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, de 1981;

• A Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), também conhecida como "Lei das Águas", de 1997;

• A lei que define a responsabilidade de licenciamento ambiental entre as instâncias do poder Executivo da União, de 2012;

• A lei que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa e instituiu o atual Código Florestal Brasileiro, de 2012;

• A lei que dispõe sobre o Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (SICAR) e sobre o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e que estabelece normas de caráter geral aos Programas de Regularização Ambiental, de 2012.



SHUTTERSTOCK

Código Florestal

ACABOU A EXIGÊNCIA DE RESERVA LEGAL?

Evaristo Eduardo de Miranda[1] José Maria da Costa[2]

GRANDE PARTE dos produtores rurais em todo o Brasil pode, sim, proceder à regularização ambiental de seus imóveis mesmo sem possuir áreas destinadas à Reserva Legal, sobretudo nas regiões Sul, Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste.

A necessidade efetiva de possuir a Reserva Legal deve ser o primeiro assunto examinado pelo proprietário, antes mesmo de **pensar** em se inscrever no Cadastro Rural Ambiental (CAR). Além do tratamento privilegiado para áreas com até 4 módulos fiscais (4,6 milhões de casos e 88% dos imóveis existentes), o novo Código Florestal, a Lei 12.651/2012, eliminou a exigência de recomposição, compensação ou regeneração da Reserva Legal quando o desmatamento ocorreu em conformidade com a lei de seu tempo.

Em seu art. 12, a Lei 12.651 estabelece que todo imóvel rural deve manter área com cobertura de vegetação nativa, a título de Reserva Legal, **mas excetua os casos previstos em seu artigo 68**. E o art. 68 é claríssimo: "Os proprietários ou possuidores de imóveis rurais que realizaram supressão de vegetação nativa respeitando os percentuais de Reserva Legal previstos pela legislação em vigor à época em que ocorreu a supressão são dispensados de promover a recomposição, compensação ou regeneração para os percentuais exigidos nesta Lei".

Quais eram as leis vigentes nas diferentes datas em que ocorreram desmatamentos na agricultura brasileira? O assunto não é tão complexo como parece. Ele deveria compor as explicações das Secretarias Estaduais de Meio Ambiente ao orientarem os produtores quanto à regularização ambiental e ao preenchimento do CAR. Deveria, mas não está sendo assim.

O caso mais simples é o dos imóveis em áreas de cerrados. Quem ocupou os cerrados até julho de 1989, mesmo que tenha desmatado integralmente seu imóvel, está desobrigado da exigência da Reserva Legal.



Até esta data, só havia exigência de Reserva Legal em formações florestais. A Lei 7.803, de 1989, ao alterar o Código Florestal, acresceu o parágrafo 3º ao art. 16 do Código Florestal de 1965, como segue: "Aplica-se às áreas de cerrado a reserva legal de 20% para todos os efeitos de lei". Ou seja: exigência legal nova, que não existia antes.

Ora, grande parte da expansão da cana-de-açúcar em São Paulo, entre os anos 80 e 90, ocorreu em cerrados. Basta ao produtor documentar sua situação histórica e, pelos termos da própria lei, estará desobrigado de cadastrar no CAR uma área de Reserva Legal em seu imóvel.

Já, nas florestas, existem três grandes situações em termos de legislação: antes de 1934, de 1934 a 2000 e de 2000 até o novo Código Florestal.

A primeira legislação efetiva sobre percentuais de preservação florestal data dos anos 30, o chamado Código Florestal de 1934, destinado a regulamentar "florestas existentes no território nacional". Quem desmatou antes desta data está "isento" da Reserva Legal. E são muitos casos e regiões de ocupação secular, principalmente ao longo do século XIX.

Na vigência do Decreto 23.793, de 1934 a 1965, permitia-se a derrubada de três quartas partes das terras cobertas de matas; impunha-se a preservação de 25% de tais matas; incluía-se neste percentual a ser resguardado as Áreas de Preservação Permanente; a base de cálculo para o que haver-se-ia de preservar eram as matas existentes, e não a área total do imóvel.

Em 1965, a situação foi alterada pela Lei 4.771. Seu art. 16 dizia: "nas regiões Leste Meridional, Sul e Centro-Oeste, esta na parte sul, as derrubadas de florestas nativas, primitivas ou regeneradas, só serão permitidas, desde que seja, em

Reserva Legal

Além de reiterar a legalidade da supressão da vegetação natural em conformidade com a legislação do tempo em que ocorreu, o atual Código traz outras determinações relevantes no caso da Reserva Legal:

1) Dispensa a obrigação de sua averbação no Cartório de Registro de Imóveis, determinando o dever do "registro da Reserva Legal no CAR";

2) Considera como Reserva Legal a vegetação nativa **porventura** existente no imóvel em 22 de julho de 2008, seja qual for esse percentual, nos imóveis rurais com até 4 módulos fiscais;

3) Define várias formas de recompor a Reserva Legal e admite o plantio associado de espécies exóticas em até 50%, além da regeneração natural;

4) Admite o cômputo das Áreas de Preservação Permanente no porcentual de Reserva Legal exigido, em cada bioma;

5) Aprova a exploração para autoconsumo, sem burocracia, e, até, o uso comercial da Reserva Legal.



qualquer caso, respeitado o limite mínimo de 20% da área de cada propriedade com cobertura arbórea localizada, a critério da autoridade competente".

Em resumo, de 1965 a 2000, impôs-se a preservação de 20% da área da propriedade com cobertura arbórea localizada; a base de cálculo para incidência do percentual a ser preservado, mais uma vez, era a área da propriedade com cobertura arbórea, e não toda e qualquer área do imóvel.

Em 2000, com a Medida Provisória 1.956-50, em redação repetida por aquelas que se seguiram até a MP 2.166, modificou-se o teor do art. 16 do Código Florestal de 1965. Além das florestas e das áreas de cerrado anteriormente protegidas, ampliou-se o conceito de reserva florestal legal para abranger também as outras formas de vegetação nativa.

Contudo, essas exigências não são retroativas. A obrigação de preservar os cerrados foi instituída pela Lei 7.803, de 1989, e a de resguardar as outras formas de vegetação nativa foi introduzida pela Medida Provisória 2.166, de 2000. O mesmo vale para as florestas com suas legislações pertinentes. A base de cálculo passou a ser um percentual em relação à área do imóvel apenas com o Código Florestal de 2012. Qualquer das exigências de Reserva Legal deve ser observada apenas e sempre em relação ao futuro. Ninguém pode comportar-se no presente prevendo uma legislação futura.

Retroatividade dos dispositivos

Para fazer retroagir esses dispositivos, o Ministério Público moveu ações judiciais contra produtores rurais em todo o País, acolhidas, em parte, por instâncias do Judiciário. Diante desse questionamento, a Sociedade Rural Brasileira (SRB) apresentou junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4.495, questionando se o art. 44 do Código Florestal de 1965 trazia a obrigação de recompor, compensar ou regenerar a Reserva Legal a todos os proprietários.

Diante da nova Lei Florestal, o ministro relator Marco Aurélio de Melo, em 26 de agosto de 2013, reconheceu a perda de objeto da ADI 4.495. Não apenas pela revogação da lei questionada, mas também pela assimilação dos argumentos da SRB na ação pelo art. 68 da nova lei: "A Lei nº 4.771, de 1965, com alterações posteriores, foi revogada pela Lei nº 12.651, de 2012, *vindo o artigo 68 dela constante a regular a matéria no sentido buscado pela requerente*". Esta manifestação do ministro relator do STF reiterou aos poderes públicos a necessidade de respeito aos desmatamentos legais ocorridos com a observância da legislação da época da supressão.

A exegese do novo Código, tal como proposta por secretarias de Meio Ambiente e, até, por consultores e juristas da área rural, parece ignorar a existência do art. 68 do novo Código Florestal. Na orientação de como preencher o CAR, ele deveria ser o primeiro tópico considerado, mas, às vezes, nem aparece. Isso vai desorientar os produtores e levá-los a cumprir com ônus e exigências ambientais indevidas. Por que os secretários estaduais de Agricultura não atuam nesse tema conjuntamente à área ambiental?

Em todos os casos, os fatos históricos, os documentos existentes – em particular, fotos aéreas, imagens orbitais, mapas etc. –, trabalhados com geotecnologias e métodos de gestão territorial, permitem de forma inequívoca atestar o desmatamento em conformidade com a lei do tempo.

Analisar com bases técnicas a situação da Reserva Legal em cada imóvel rural e os vários cenários e possibilidades em cada caso interessa a milhões de produtores. Mais do que apressá-los a se inscreverem no CAR, é urgente orientá-los sobre como avaliar a regularização ambiental de seus imóveis. ■

1 Doutor em Ecologia e pesquisador da Embrapa
2 Ex-magistrado, advogado, mestre e doutorando em Direito pela PUC-SP



SIMAZORAN (ISTOCKPHOTO.COM)

Semente é tecnologia

Nas últimas duas décadas, o agronegócio brasileiro passou por grandes modificações, tornando o Brasil um dos líderes globais no setor agrícola e se transformando em um dos setores mais importantes da economia nacional, responsável por cerca de 23% do PIB e um quarto de todos os empregos gerados no País. Em pouco mais de vinte anos, a safra de grãos brasileira saltou de 76 milhões de toneladas para mais de 195 milhões, enquanto o incremento da área foi de aproximadamente 40%, totalizando pouco mais de 55 milhões de hectares.

Estudos apontam que, caso fossem mantidos os níveis de produtividade obtidos há vinte anos, seria necessário incorporar mais de 66 milhões de hectares para produzir a atual safra. Ou seja, o Brasil está, não somente aumentando a produção, mas produzindo cada vez mais por área, o que aumenta a sustentabilidade do agronegócio brasileiro.

Tais avanços, que impressionam pela grandiosidade, foram acompanhados pelo desenvolvimento de um sistema de produção de sementes bastante robusto. A intensificação do uso de sementes melhoradas resultou no crescimento e na diversificação da produção de sementes, proporcionados, principalmente, pela evolução do melhoramento genético, do uso da biotecnologia e da incorporação de novas tecnologias ao processo de produção de sementes. A adoção de boas práticas de manejo agrícola, de cultivares melhoradas e de tecnologia moderna fez com que os rendimentos das lavouras brasileiras experimentassem, nos últimos anos, um novo patamar de produtividade. Atualmente, no Brasil, são comuns patamares de produtividade de milho acima de 10.000 kg/ha e de mais de 3.000 kg/ha na cultura da soja. É nesse sentido que a semente, a base do agronegócio, desponta, hoje, como o principal veículo de tecnologia e inovação no setor agrícola.

Autor:

Paulo Eduardo de Campante Santos, engenheiro agrônomo, Ph.D., Associação Brasileira de Sementes e Mudas (ABRASEM)

Coautores:

Plinio Itamar de Melo de Souza, engenheiro agrônomo, Ph.D., Associação Brasileira de Sementes e Mudas (ABRASEM)

Ricardo Carmona, engenheiro agrônomo, Ph.D., Universidade de Brasília (UnB)

Marcelo Fagioli, engenheiro agrônomo, Ph.D., Universidade de Brasília (UnB)

Carlos Roberto Spehar, engenheiro agrônomo, Ph.D., Universidade de Brasília (UnB)

Hugo Dias da Costa Villas Bôas, engenheiro agrônomo, Ph.D., Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)

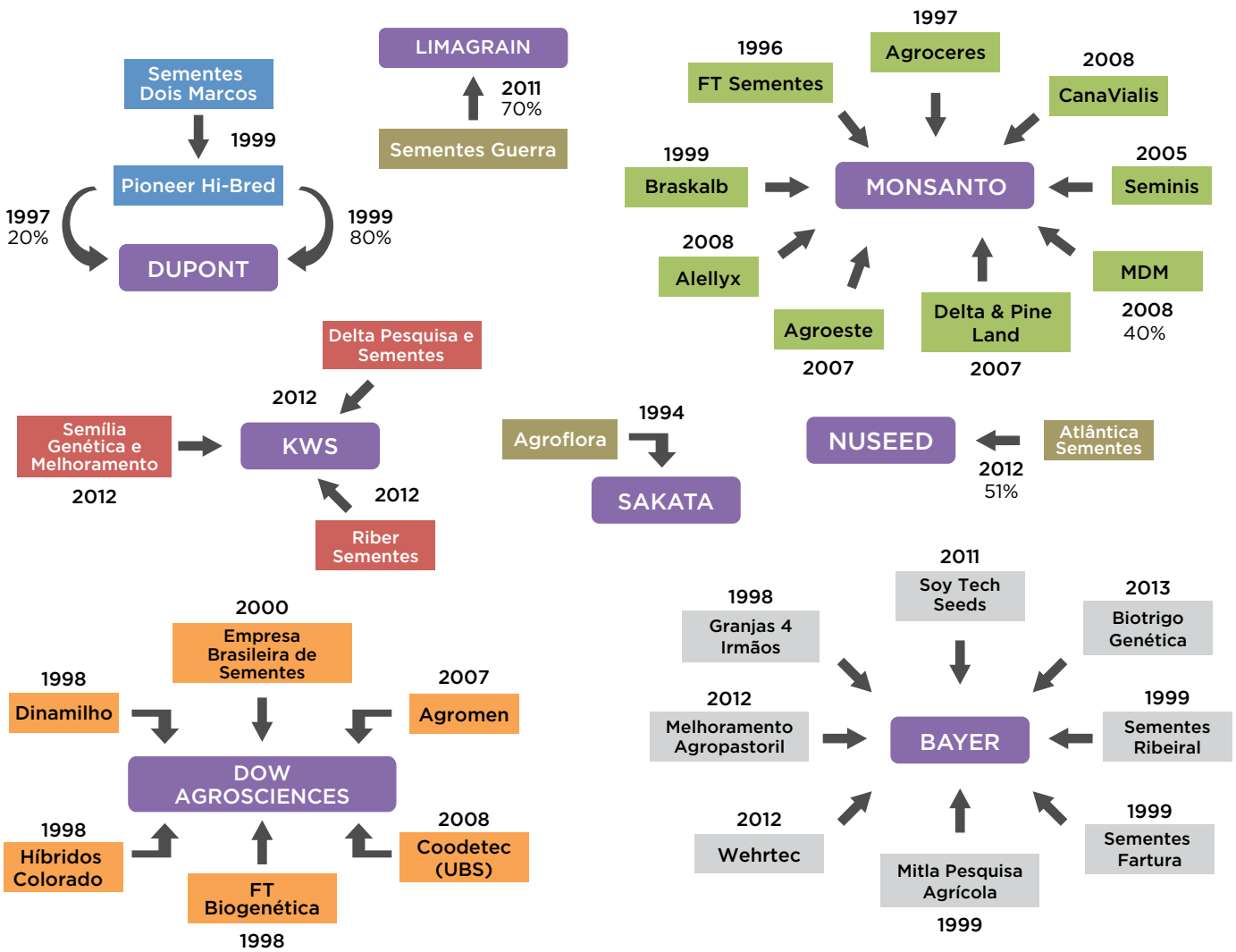
A evolução do setor de sementes no Brasil

Especialmente a partir do ano de 1995, a indústria de sementes no Brasil passou por grandes mudanças, com o advento de novas legislações nas áreas de produção de sementes, propriedade intelectual e biossegurança, além da intensificação do uso de biotecnologia moderna na agricultura. O ingresso do Brasil na OMC desencadeou uma série de mudanças e adaptações na legislação nacional, sobretudo em propriedade intelectual, envolvendo vários elos da cadeia, como a pesquisa pública e privada, a indústria de sementes, o comércio e, também, os órgãos públicos encarregados de implementar as políticas para o setor agrícola.

Da perspectiva institucional, deve-se agregar o novo quadro criado a partir de 1996, período no qual foram estabelecidos mecanismos mais amplos de apropriação dos direitos de propriedade intelectual, com a criação da lei de patentes e de proteção de cultivares. Tais fatos proporcionaram um ambiente mais favorável para a atuação das empresas privadas, motivando-as a investir na geração de inovações, por meio da pesquisa para o melhoramento de cultivares, estimulando cada vez mais a concorrência. Pode-se afirmar que esse foi o ponto de partida para o primeiro momento de reestruturação da indústria de sementes, ocasião em que se deu a entrada de grandes empresas multinacionais no setor.

Ainda em 1994, a empresa japonesa Sakata adquiriu a AgroFlora, empresa de hortaliças brasileira fundada em 1968. No final da

PRINCIPAIS FUSÕES E AQUISIÇÕES DE EMPRESAS NO MERCADO BRASILEIRO DE SEMENTES



Fonte: Santos (2013)

década de 90, a empresa americana Monsanto adquiriu a FT SEMENTES, criando a Monsoy, e a empresa americana Pioneer adquiriu a empresa de sementes Dois Marcos, de Cristalina-GO. Desde então, verificou-se uma sucessão de aquisições de empresas nacionais e seus respectivos programas de melhoramento genético, com a entrada de grandes corporações como Dow AgroSciences, Bayer, Syngenta, Limagrain e KWS.

Em uma perspectiva tecnológica, a chegada da biotecnologia na agricultura, por meio de cultivares geneticamente modificadas, intensificou, ainda mais, a reestruturação da indústria de sementes, uma vez que a combinação de pesquisas que aliavam conhecimentos nas áreas de Engenharia Genética, sementes e produtos químicos para agricultura permitiu que as empresas criassem um ambiente único para a inovação e o desenvolvimento de novos produtos, alterando de maneira significativa a dinâmica do mercado e a relação entre obtentores e produtores de sementes.



PICTUREWORLD / PHOTODIEM

Fortaleceu-se, assim, a presença de grandes conglomerados, que passaram a atuar com o aporte de novas tecnologias, altos investimentos e estratégias comerciais agressivas para a conquista de novos mercados. Em resposta às recentes mudanças, novos modelos de negócio, como licenciamentos, terceirização da produção, acordos de cooperação tecnológica e colaboração precompetitiva, foram, aos poucos, sendo formatados, com novas propostas e diferentes estratégias de negócio capazes de aumentar o poder competitivo das empresas.

Dentre os novos modelos de negócio, o licenciamento de cultivares passou a ser uma das formas de parceria mais adotada para a comercialização de novas cultivares e eventos de biotecnologia. O modelo baseia-se na remuneração da pesquisa por meio da cobrança de *royalties* seja sobre o germoplasma (semente protegida), seja sobre "eventos" provenientes de processos biotecnológicos. Cada obtentor desenvolveu seu próprio modelo de licenciamento, formando seu grupo de parceiros licenciados, segundo critérios previamente estabelecidos em contratos. Dentre as principais condições constantes dos acordos de parcerias, estão a definição da cultivar, determinação de volumes ou áreas de produção objetos da autorização, estipulação de prazos, estabelecimento de valores de *royalties* (sobre germoplasma e *traits*), critérios técnicos de qualidade das sementes e forma de comercialização. Atualmente, os modelos adotados pela Embrapa e Monsanto (por meio da marca Monsoy) para as cultivares de soja são os exemplos típicos desta modalidade de parceria.

Outra modalidade de negócio que tem sido bastante explorada pelas empresas é a produção terceirizada. Nesse caso, a empresa produtora de sementes responsabiliza-se por todas as etapas da produção de determinada cultivar, porém a semente, quando pronta, leva a marca comercial do obtentor e será comercializada por ele. Esses casos acontecem quando um obtentor opta por ter sob o seu controle integral a comercialização de suas cultivares, mesmo quando a sua capacidade de produção está abaixo da demanda do mercado para os seus materiais. O modelo de produção terceirizada tem sido muito adotado por empresas produtoras de sementes de milho, como a Syngenta, e, mesmo, por empresas produtoras de sementes de soja, como a Nidera.

A parceria tecnológica entre obtentores, detentores de biotecnologia, empresas produtoras de sementes e universidades tem se tornado uma outra opção de negócio bastante comum no Brasil. O objetivo é sempre buscar soluções específicas, visando a obtenção de um produto diferenciado. Esta modalidade tende a crescer em todo o mundo, uma vez que a maioria das empresas não dispõe de todas as competências técnico-científicas e da capacidade financeira necessárias para o desenvolvimento de todas as fases da criação de um novo produto. Sempre, nesses casos, haverá necessidade de contratos bem elaborados, prevendo a divisão dos valores a serem investidos, as competências e a divisão dos resultados auferidos.

Outro sistema que tem se mostrado importante como modelo de relacionamento entre empresas, na atualidade, é a colaboração precompetitiva. Trata-se, simplesmente, da troca de serviços, de conhecimento técnico ou, eventualmente, de germoplasma entre empresas em um momento anterior à entrada do produto no mercado, período que não afeta a competição comercial. É um modelo relevante pelo alto potencial de sinergia no desenvolvimento tecnológico do País. Um exemplo de parceria precompetitiva é a atuação de empresas de menor porte que agregam tecnologias licenciadas com o objetivo de alcançar mercados e regiões específicos, como já vem acontecendo com a soja resistente a herbicida.

Associação Brasileira de Sementes e Mudas



Semente é Tecnologia

A Associação Brasileira de Sementes e Mudas – ABRASEM, fundada em 1972, congrega as Associações Estaduais de Produtores de Sementes e demais entidades representativas de todo o setor de sementes do Brasil, de empresas de melhoramento genético vegetal, passando pelos setores de pesquisa, produção, multiplicação, beneficiamento, armazenamento, e comercialização de sementes e mudas. Criada com o objetivo de representar seus associados, a ABRASEM é a entidade responsável na coordenação e gerenciamento de assuntos em âmbito nacional de interesse da indústria de sementes. Atualmente a ABRASEM reúne 12 associações ligadas ao setor de sementes e mudas brasileiro, além de 126 laboratórios, 332 unidades de beneficiamento e 1.200 unidades armazenadoras. Congrega ainda 537 produtores associados, 42 mil agricultores, 4,4 mil técnicos e 16,6 mil vendedores, além de gerar 1,4 milhões de empregos diretos e indiretos.

ASSOCIADAS

Associação dos Produtores de Sementes do Rio Grande do Sul (**APASSUL**)

Associação dos Produtores de Sementes de Santa Catarina (**APROSESC**)

Associação Paranaense dos Produtores de Sementes e Mudas (**APASEM**)

Associação Paulista dos Produtores de Sementes e Mudas (**APPS**)

Associação dos Produtores de Semente e Mudas do Estado de Minas Gerais (**APSEMG**)

Associação dos Produtores de Sementes do Mato Grosso do Sul (**APROSSUL**)

Associação Goiana dos Produtores de Sementes (**AGROSEM**)

Associação dos Produtores de Sementes do Norte e Nordeste (**APROSENN**)

Associação Brasileira dos Obtentores Vegetais (**BRASPOV**)

Associação Brasileira do Comércio de Sementes e Mudas (**ABCSEM**)

Associação para Fomento à Pesquisa de Melhoramento de Forrageiras Tropicais (**UNIPASTO**)

Associação Brasileira de Tecnologia de Sementes (**ABRATES**)

O mercado brasileiro de sementes

Com um mercado doméstico de aproximadamente US$ 4 bilhões, o Brasil é considerado por diversos especialistas como um dos ambientes mais sólidos para negócios no contexto mundial da indústria de sementes. Trata-se de um país que consegue aliar a enorme vocação agrícola a um sistema regulatório bastante robusto e seguro. A própria característica continental do País favorece a produção de sementes de alta qualidade, de diferentes espécies, em diferentes condições edafoclimáticas, o que atende a especificidade das espécies, assim como as exigências do mercado global. O País conta com uma indústria sementeira consolidada ao longo de mais de três décadas e possui um dos maiores mercados domésticos do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos e da China.

Nos últimos anos, a produção brasileira de sementes saltou de 1,6 milhão de toneladas, em 2001, para mais de 3,0 milhões de toneladas, na safra 2012/13, com destaque para a produção de sementes de soja (1,4 milhão de toneladas) e a de milho (323 mil toneladas), que permanecem como as principais espécies produzidas no País, responsáveis por movimentar mais da metade do valor do mercado interno brasileiro.

Outro destaque que merece ser observado são os setores de produção de sementes de forrageiras tropicais e de sementes de espécies olerícolas, que registraram crescimentos expressivos nos últimos anos. O setor de forrageiras saltou de 27 mil toneladas de sementes, em 2010, para 50 mil toneladas, em 2013, alcançando um faturamento de aproximadamente US$ 600 milhões, impulsionado, principalmente, pelo aquecimento do mercado de carnes e por programas de incentivo do governo federal, por meio do Plano Agrícola e Pecuário. Já o setor de sementes de olerícolas movimentou cerca de US$ 208 milhões em 2013, com destaque para a produção de sementes de tomate, cebola, cenoura, melão, melancia e alface.

Mercado de sementes de soja

Movimentando US$ 1,3 bilhão/ano, o mercado de sementes de soja, apesar de ter mantido, durante os últimos cinco anos, uma média de produção de 1,3 milhão de toneladas/ano, tem sofrido profundas transformações, com a entrada de grandes multinacionais com diferentes modelos de negócio e, mais recentemente, com a entrada de empresas obtentoras argentinas, que desenvolveram cultivares com características de ciclo precoce e de hábito de crescimento indeterminado.

A indústria que anteriormente era dominada por genética originária, predominantemente, de empresas públicas, em parceria com fundações de apoio a pesquisa e cooperativas, hoje, é dominada, em quase 80%, por genética de diferentes empresas internacionais; várias delas com sistemas verticalizados de produção. Grandes empresas com atuação global, como a Bayer e a Dow AgroSciences, preparam-se para entrar nesse mercado, o que promete movimentar, ainda mais, o concorrido segmento de sementes de soja.

Provavelmente, a grande novidade para a safra 2013/14 será a entrada no mercado das cultivares de soja com dois eventos combinados, conferindo tolerância a herbicidas e resistência a insetos. Aprovado para comercialização no Brasil desde 2010 e, também, em outros países como Estados Unidos, Austrália, Japão e Canadá, o evento desenvolvido pela empresa Monsanto aguardava a sua aprovação pelos órgãos competentes do governo chinês para que fosse liberada a sua comercialização no Brasil. Tal aprovação ocorreu em 2013, e a estimativa é que pelo menos 7% da área de soja da safra 2013/14, ou aproximadamente 2 milhões de hectares, sejam semeados com a nova tecnologia.

Mercado de sementes de milho

Com uma área estimada de 15,4 milhões de hectares para a safra 2013/14, o mercado de sementes de milho mostrou um crescimento bastante forte nos últimos anos, saltando de 172 mil toneladas, em 2000/01, para aproximadamente 425 mil toneladas, na safra 2013/14. Nesta safra, estão sendo disponibilizadas 467 cultivares de milho (253 transgênicas e 214 convencionais), sendo que a dinâmica de renovação das cultivares foi mantida, já que oitenta e cinco novas cultivares foram disponibilizadas no mercado e noventa e sete deixaram de ser comercializadas.

Segundo dados da Associação Paulista dos Produtores de Sementes e Mudas (APPS), o mercado de sementes de milho tem alterado significativamente o seu perfil, buscando atender as ne-



SEED NEWS



SHUTTERSTOCK

cessidades de um agricultor cada vez mais profissional, que tende a buscar cultivares com alta tecnologia, precoces e extremamente produtivas. Na safra 2013/14, cerca de 24% das cultivares ofertadas foram "superprecoces" (89,5% geneticamente modificadas) e 67% foram de ciclo "precoce" (88,7% geneticamente modificadas). Em relação ao nível de tecnologia, 73,5% dos materiais comercializados na safra foram de sementes classificadas como do nível I, de alta tecnologia, e 20,4% foram materiais do nível II, de média tecnologia. A utilização de tais materiais de alta tecnologia tem sido um dos principais fatores que contribuíram para um aumento significativo na produtividade média da cultura do milho no Brasil.

Para se ter uma ideia da dinâmica desse mercado nos últimos anos, em 2001, a venda de sementes de híbridos simples, para safrinha, representava cerca de 26,7% do mercado, enquanto os milhos duplos e triplos representavam 33,2 e 34,0%, respectivamente. Na safra 2013/14, 69,3% de todas as cultivares ofertadas foram de híbridos simples (94,0% GM), 5% foram de híbridos duplos (15,3% GM) e 18% de híbridos triplos (86,1% GM). As variedades, que representavam cerca de 6,5% do mercado em 2001, atualmente, representam apenas 0,8% do mercado de sementes de milho (100% CONV.).

Entretanto, uma prática extremamente danosa ao sistema de produção de sementes e aos agricultores tem avançado a cada safra. Produtores clandestinos têm realizado o cruzamento de híbridos comerciais recentemente lançados pelas empresas de sementes, para a produção de sementes piratas de milho híbrido. A resultante deste cruzamento será um produto ilegal, que não foi testado a campo, não teve avaliado seu desempenho agronômico, não possui registro junto ao Ministério da Agricultura e, portanto, está em total desacordo com a legislação de sementes. Cabe ressaltar que, além de envolverem uma prática ilegal, esses materiais apresentam perdas quantitativas e qualitativas significativas, uma vez que os mesmos não foram produzidos dentro do sistema legal, que obedece a rígidos padrões e controle de qualidade.

TIPO, CICLO E NÍVEL DE TECNOLOGIA DAS CULTIVARES DE MILHO OFERTADAS NA SAFRA 2013/14

TIPO	GM (%)	CONV. (%)
H. simples	94,3	5,7
H. triplo	86,1	13,9
H. duplo	15,3	84,7
H. simples modif.	89,2	10,2
Variedade	–	100,0

CICLO	GM (%)	CONV. (%)
Superprecoce	89,5	10,5
Precoce	88,7	11,3
Normal	82,8	17,2
Variedade	–	100,0

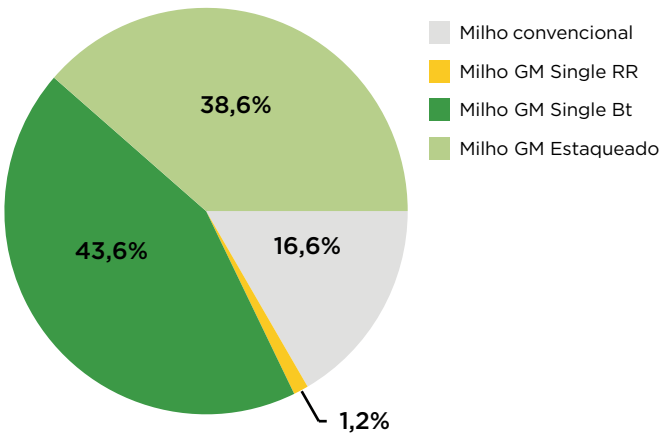
Fonte: APPS (2013)

Biotecnologia

Em relação à biotecnologia, a cultura da soja, com 27 milhões de hectares (91% da área total de soja cultivada no Brasil), continua liderando a adoção de biotecnologia. Foram semeados cerca de 84,6% da área plantada com sementes de soja com tolerância a herbicida e 6,5% com sementes que possuem características combinadas de tolerância a herbicida e resistência a insetos. A tendência para a próxima safra é de um aumento substancial na adoção de cultivares com eventos combinados, uma vez que a reduzida disponibilidade de cultivares adaptadas às diferentes regiões brasileiras e a falta de uma definição sobre os acordos envolvendo a nova tecnologia impactaram, negativamente, a adoção da tecnologia na presente safra.

Segundo relatório da Céleres, a adoção de biotecnologia para a cultura do milho, na atual safra, será de aproximadamente 81,5% da área total, o que representa 12,5 milhões de hectares semeados com algum tipo de tecnologia transgênica. Na 1ª safra de milho, a taxa de adoção atingirá 71,1% do total semeado (4,9 milhões de hectares), uma redução de 5,4% em relação à safra passada, devido, principalmente, ao sentimento de baixa nos preços no curto prazo. Para a 2ª safra, a previsão é de que a taxa de adoção seja de 89,9% da área total, ou 6,7 milhões de hectares, um aumento de 5,4% em relação à safra passada.

PARTICIPAÇÃO DOS MATERIAIS DE MILHO, POR TRATAMENTO, NA SAFRA 2013/14



Fonte: APPS (2013)

Apesar dos híbridos com apenas um evento (Milho GM Single Bt) representarem cerca de 43,6% dos materiais utilizados na safra 2013/14, chama a atenção o crescimento do uso de milhos GM estaqueados (com a presença de um ou mais eventos transgênicos), que alcançaram 38,6% dos materiais utilizados. Os materiais convencionais representaram, ainda, 16,6% dos materiais disponíveis na safra.

Assim como outros setores da economia que atravessaram semelhantes processos de reorganização, a indústria de sementes tem experimentado profundas mudanças estruturais nas últimas décadas. O estabelecimento de novos marcos regulatórios relativos à propriedade intelectual, biotecnologia e produção de sementes e a consolidação da biotecnologia como padrão tecnológico para as principais culturas agrícolas promoveram a entrada de novas tecnologias, investimentos em pesquisa e alterações nos modelos de negócio desenvolvidos por obtentores, produtores de sementes e agricultores.

Nesse contexto, a ruptura de padrões e processos estabelecidos gera desequilíbrios momentâneos, que são, a seu tempo, ajustados pela própria força do mercado. A nova configuração da indústria de sementes tende a ser cada vez mais especializada, com empresas atuando de forma integrada e global. Certamente, novos modelos de negócio surgirão e demandarão maior profissionalização de todos os elos desta cadeia, mas trarão também maiores oportunidades de negócios e maior competição ao mercado de sementes, beneficiando o produtor rural brasileiro.

Para manter o sistema nacional de sementes e mudas em constante evolução, é muito importante que todos que participam deste sistema reconheçam a necessidade e importância do respeito às normas estabelecidas; compreendam que toda legislação nacional está, de alguma forma, conectada a acordos e tratados internacionais e que qualquer ruptura ou casuísmo, por parte de alguns, pode colocar em risco todo o sistema nacional de sementes. Mais do que qualquer outro setor, a indústria de sementes tem sido um dos melhores exemplos de como novas tecnologias, aliadas a ambientes institucionais que garantam a proteção da propriedade intelectual, podem revolucionar um setor e garantir maior competitividade ao País. ■

EVOLUÇÃO NA TAXA DE ADOÇÃO DE BIOTECNOLOGIA PARA SOJA E MILHO

CULTURA	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14
Soja	59,2	64,8	70,6	76,1	85,2	88,8	91,0
Milho total	–	8,3	32,6	57,3	68,1	76,1	81,5
Milho 1ª safra	–	4,9	19,9	44,5	56,3	64,8	71,1
Milho 2ª safra	–	14,7	52,9	74,9	83,3	87,8	89,9

Fonte: Céleres (2013)



SHUTTERSTOCK

ADMINISTRAÇÃO EM SINTONIA

Com sessenta e quatro associados entre produtores de matéria-prima e de suplementos minerais, a Associação Brasileira de Indústrias de Suplementos Minerais (ASBRAM) conta com nova diretoria e novo presidente para o biênio 2014-2015. Fundada em 1997, a entidade tem como objetivo principal fomentar o uso de suplementos para a nutrição animal e enfatizar como a utilização correta pode resultar em melhorias na produção pecuária.

Mesmo com as mudanças no comando da gestão, uma das principais impressões extraídas da ASBRAM é de uma sintonia na continuidade da sua administração. Com isso, ocorreu a implantação do conceito de que, com o trabalho coletivo, os resultados sofrem agregação. Na prática, os associados quebram o paradigma da concorrência para montarem alianças estratégicas e obterem mais força em suas empreitadas.

A união entre os produtores de suplemento mineral e de matéria-prima trouxe amadurecimento para a instituição. O associado, seja de pequena, média ou grande fábrica, precisa entender o seu papel na cadeia produtiva. Nesse tom, as tarefas internas batem muito forte na tecla 'relacionamento', seja com os fornecedores, concorrentes, clientes, governo, organizações não governamentais ou associações.

No final da década passada e início da atual, a ASBRAM encetou uma série de medidas de reestruturação com base em quatro diretrizes: aumento da representatividade, diminuição do custo de suplemento, expansão do mercado e melhoria do ambiente regulatório. Paralelamente, em atitude pioneira, houve o lançamento do livro chamado "Guia Prático para a suplementação da nutrição bovina". Para melhor orientar os associados na obtenção de certificações junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), realizou-se cursos e treinamentos sobre BPF (Boas Práticas de Fabricação) e APPCC (Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle).

Nos últimos dois anos, houve um esforço muito grande por parte da associação em prol da isenção do PIS e COFINS para os suplementos minerais e suas principais matérias-primas, objeto de dois projetos de lei que foram recentemente vetados pelo Governo. Os esforços dispendidos pela isonomia fiscal do setor foram enormes, mas não haverá esmorecimento nessa luta nos próximos exercícios.

Também foram aplicados fortes investimentos com foco na difusão de tecnologia de novas matérias-primas, por meio de palestras com especialistas. Essa ação, aliás, culminou com a assinatura de um convênio para cooperação técnica com a Embrapa e a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) para a intensificação sustentável do sistema de cria no Pantanal. Outra realização digna de registro constitui a parceria com a Embrapa Gado de Leite, de Juiz de Fora, no estado de Minas Gerais, para a realização de cursos técnicos sobre uso correto de carrapaticidas.

Caminhar para frente

Existe uma preocupação e um compromisso do Brasil com a produção animal sustentável. Com menos terras agricultáveis e escassez de água, a ASBRAM olha com carinho o desafio de alimentar as futuras gerações.

Assim, para os próximos anos, a estratégia a ser montada visará a visibilidade, no sentido de dar musculatura e perpetuar a associação. A consolidação de maior representatividade significa aliança e integração com as associações coirmãs do agronegócio. Nessa direção, persistirão os serviços de atualização e atendimento dos associados, nas questões relativas às legislações nas áreas trabalhista, ambiental, fiscal, gerencial, dentre outras. O aprimoramento das estatísticas prossegue como uma atividade importante e de rotina.

As propostas passam a concentrar ações dirigidas às melhorias qualitativas no sistema de produção de suplementos minerais no Brasil, com a criação de um selo de qualidade. Para tanto, o monitoramento da fabricação dos produtos realizados pelos associados da ASBRAM será desenvolvido por laboratórios devidamente credenciados.

Pesquisas realizadas no Brasil, Austrália, Estados Unidos e África do Sul apontam que o retorno para cada R$ 1,00 investido em programa de suplementação mineral de bovinos varia de R$ 4,70 até R$ 18,00. O valor cresce quando o criador muda a formulação e os produtos fornecidos aos seus animais de acordo com a época do ano, categoria animal, qualidade nutricional das pastagens, entre outros fatores. Quanto mais se investe em suplementação mineral diferenciada, baseada em indicação técnica correta, melhor será para o produtor.

A passagem de ensinamentos aos clientes para analisarem os produtos adquiridos é fundamental. Não se pode promover a venda de suplementos fabricados com matérias-primas sem garantias e fora dos padrões de qualidade exigidos pelo MAPA. Por isso, os pecuaristas precisam adotar os produtos e serviços

Nova Diretoria para a gestão 2014-2015

Presidente: Lauriston Bertelli Fernandes

Diretora: Elizabeth Chagas

Diretor vice-presidente: Nelson de Souza Lopes

Diretor primeiro secretário: Flávio Geraldo Ferreira Castro

Diretor segundo secretário: Robson Guimarães

Diretor primeiro tesoureiro: Fernando Penteado Cardoso Filho

Diretor segundo tesoureiro: Leonardo Luiz Cerize Junior



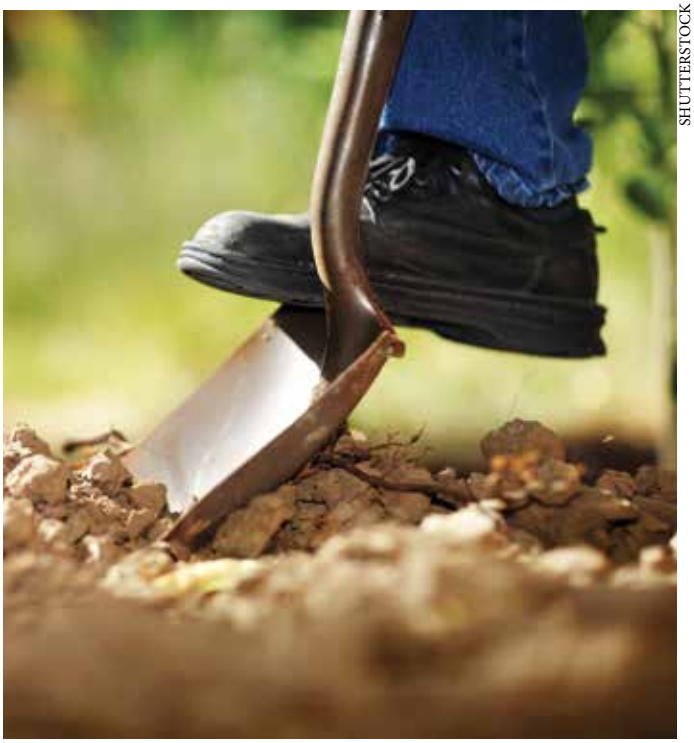
ASBRAM

receitados pelas indústrias associadas à ASBRAM, submetidas a inspeções oficiais e rigorosas.

A deficiência de minerais constitui uma das maiores limitações nutricionais na criação de gado no Brasil. Com grandes variações entre as regiões, os teores minerais das pastagens não atendem as exigências dos animais, pois dependem da época, clima, tipo de solo, espécie e idade da planta e manejo da planta. Os técnicos e produtores mais esclarecidos reconhecem na suplementação mineral um dos parâmetros de manejo de maior interferência no desempenho produtivo e reprodutivo dos animais criados a campo.

Quando é feito um bom e correto programa de suplementação mineral na propriedade, o criador encontra resposta positiva em termos de ganho de peso. Isso determina a precocidade reprodutiva, diretamente relacionada com a idade da primeira cria. Essa é a forma de gerar renda em gado de corte.

A elaboração de um plano de comunicação e *marketing* faz parte da agenda da entidade. Os pecuaristas brasileiros precisam ser constantemente sensibilizados sobre os benefícios nutricionais da mineralização do rebanho. Esse desafio requer a preparação e a disseminação de informações técnicas. Uma mobilização para gerar um produto altamente tecnificado, com sustentabilidade e segurança alimentar total.



SHUTTERSTOCK

Acreditar na tecnologia

Lauriston Bertelli Fernandes*



Posso lhes garantir a continuidade dos esforços no sentido de isentarmos os impostos de PIS/COFINS, que, hoje, oneram os custos do suplemento mineral e de suas matérias-primas. Continuaremos, também, as aproximações com as entidades de classe do agronegócio brasileiro, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, universidades, instituições de pesquisa e a Embrapa.

Somos conhecidos e respeitados, no mundo inteiro, como um país de grande capacidade na produção de proteína animal e vegetal, dentro de elevados padrões de sustentabilidade. Os simpósios promovidos pela ASBRAM ressaltam a necessidade de se rever, o tempo todo, o quesito da produtividade. Precisamos melhorar e mostrar para sociedade a importância da qualidade nas boas práticas da produção pecuária.

Temos, na rastreabilidade, a possibilidade de o consumidor conhecer "a vida pregressa" dos produtos e identificar os possíveis perigos à saúde coletiva a que foram expostos durante a sua produção e distribuição. Esses registros permitem identificar até mesmo a origem das matérias-primas e os insumos utilizados na produção, devendo ser obrigatório apresentar um laudo comprobatório. Por isso, a ASBRAM aprova a exigência do selo emitido pelo Serviço de Inspeção Federal (SIF), do MAPA.

A história recente do plantio de grãos no Brasil revela um incremento na produção bem superior à expansão da área plantada, fundamentalmente devido aos ganhos de produtividade. Com o aumento dos investimentos e do uso de tecnologia no campo, o Brasil saiu de uma produção de 123,1 milhões de toneladas, na safra 2002/03, para 186,1 milhões, na temporada 2012/13. Um incremento de 51%. Já o aumento de área plantada aconteceu em ritmo muito menor: de 43,9 milhões de hectares para 52 milhões previstos para este ano, ou seja, 18,4% a mais.

Na pecuária, assistiremos à repetição desse mesmo fenômeno. Segundo os dados do Rally da Pecuária 2012, de acordo com o atual ritmo de utilização de tecnologia e crescimento da produtividade, em dez anos, a pecuária liberará 8,6 milhões de hectares de área. Daí a certeza absoluta de grandes transformações acontecerem no setor, como a intensificação no uso de suplementos minerais com qualidade e tecnologica.

Como somos o país do agronegócio, com a vocação de produzirmos mais alimentos nas próximas décadas, acreditamos na oferta de tecnologia, o diferencial das indústrias de suplementos minerais.

** Presidente da ASBRAM na gestão 2014-2015*

Isenção do PIS/COFINS

Jorge Matsuda*



O nosso objetivo sempre foi colocar a ASBRAM no seu lugar de importância dentro do cenário pulsante do agronegócio brasileiro. Com treze anos de vida, a entidade reúne sessenta e quatro empresas associadas, localizadas em treze estados brasileiros, que representam 80% da produção nacional de sal mineral e de suas matérias-primas.

Diante de um mundo crescente em população e ávido por alimentos, principalmente proteína animal, temos a função de levar ao campo a mais alta tecnologia em alimentação. Fechamos 2013 com uma venda de aproximadamente 1,9 milhão de toneladas. Este volume ainda é bastante inferior ao realizado em 2011, quando comercializamos 2,4 milhões de toneladas.

A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) mostra números promissores para a pecuária brasileira. Não podemos continuar à mercê do acaso e da sorte, enfrentando a logística caótica para atendermos as crescentes demandas internas e externas. O governo brasileiro tem um papel de grande importância nesse cenário futuro, pois necessitaremos de portos, ferrovias e rodovias para atendermos as expectativas dos consumidores.

Fizemos uma gestão focada na luta da isonomia fiscal, de modo a isentarmos os suplementos minerais e suas matérias-primas da incidência do PIS/COFINS, pois estes representam 9,25% do preço final dos produtos. Apesar de sermos vencidos pelo veto presidencial, o trabalho desenvolvido não foi em vão. Acreditamos nos esforços e no sucesso da nova gestão.

Investimos fortemente na difusão de novas tecnologias, por meio de palestras com especialistas. Firmamos um convênio de cooperação técnica com a Embrapa e a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). O objetivo é intensificar a produção sustentável do sistema de cria no Pantanal, com mecanismo para medir a ingestão de matéria seca por bovinos em pastejo.

Com a aproximação entre empresas e instituições de pesquisa e ensino, minimizamos o trajeto do conhecimento e da ciência, de modo a proporcionar aos produtores o acesso a novas e importantes informações. Tentamos ser bastante eficientes, mas sempre com o véu da humildade e do respeito ao próximo. Acreditamos que o mundo foi feito para ser vivido em grupos harmoniosos, com objetivos comuns para o engrandecimento e bem-estar de todos.

A ASBRAM, com certeza, irá brilhar ainda mais alto nos próximos anos. ■

** Presidente da ASBRAM na gestão 2012-2013*



SHUTTERSTOCK


SHUTTERSTOCK

8º Simpósio ASBRAM

"Decida, hoje, qual futuro você vai querer para sua empresa amanhã".

Com a participação de aproximadamente 300 pessoas, entre técnicos e empresários, o evento tratou de diversos temas associados aos desafios da empresa para os próximos anos, no tocante a formação de equipe, aprendizagem contínua, sucessão familiar, política econômica, legislação ambiental e tecnologia.

Mensagens importantes foram transmitidas. O cenário de 2014 para a pecuária de corte nacional mostra sinais favoráveis, com preços firmes no comércio interno, enquanto as vendas externas deverão seguir em crescimento. É um quadro positivo para os ofertantes de proteína animal, que, diante de uma perspectiva de maior rendimento, aumentam a predisposição pelo uso e investimento em tecnologia.

O evento instigou as empresas a pensarem e começarem a levar em consideração o desejo das pessoas cujas inteligências lhes dão movimento. Com a suplementação correta, o animal terá condição de abate mais precoce, com maior rentabilidade para o criador e melhor contribuição para o meio ambiente. Quando se utiliza tecnologia, um conjunto de fatores mitiga a emissão de gases do efeito estufa. Apesar de trazer todos esses benefícios, o suplemento mineral representa R$ 0,05 em 1 litro de leite e R$ 1,00 na arroba do boi; isso significa proteína animal com valor reduzido.

A dinâmica do mercado bovino passa por períodos de abate mais curtos e intensificação na demanda por suplemento mineral, cujas vendas fecharam em torno de 2,00 milhões de toneladas em 2013, o que significa um aumento de 8% em relação a 2012. É uma boa notícia, mas esse resultado ainda é inferior ao de 2011, quando foram comercializados 2,35 milhões de toneladas.

APÊNDICE

BRASIL: BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA DE CARNE BOVINA

	2010	2011	2012	2013*	2014**
Rebanho (milhões de cabeças)	209,5	212,8	211,3	212,2	213,7
Produção (1.000 t equiv. carcaça)	8.782,5	8.448,4	8.751,7	9.561,7	9.752,9
Importação (1.000 t equiv. carcaça)	40,8	44,8	60,1	57,1	58,2
Exportação (1.000 t equiv. carcaça)	1.701,5	1.494,6	1.684,4	2.007,3	2.067,5
Disponibilidade interna (1.000 t equiv. carcaça)	7.121,8	6.998,6	7.127,4	7.611,4	7.743,6
População (milhões de habitantes)	195,50	197,40	199,24	201,03	202,77
Disponibilidade *per capita* (kg/hab./ano)	36,4	35,5	35,8	37,9	38,2

*Previsão **Estimativa
Fonte: IBGE; Conab; SECEX

Hortifruticultura

AGRICULTURA MODERNA E FAMILIAR

Eduardo Daher*


Eduardo Daher

A HORTICULTURA é responsável por significativa parcela da sustentabilidade agrícola e da segurança alimentar no País. Só em 2010, por exemplo, os olericultores levaram às mesas dos brasileiros cerca de 16 mil toneladas de mais de 100 espécies de verduras e legumes, cultivados em aproximadamente 800 mil hectares. Segundo a Associação Brasileira de Horticultura (ABH), o setor emprega cerca de 10 milhões de pessoas – 60% concentrados em propriedades familiares com menos de 10 hectares – e gera um valor de produção estimado em R$ 17 bilhões.

Apesar desses números, que tornam o Brasil o terceiro maior produtor de hortaliças do mundo, em termos de consumo *per capita*, o País está muito distante dos principais mercados: apenas 40 quilos por habitante ao ano, enquanto, em países como Espanha, por exemplo, o consumo chega a 160 quilos (Revista Distribución y Consumo).

Mais importante do que um mero negócio, porém, o consumo de hortaliças está diretamente relacionado à saúde das pessoas. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), o baixo consumo de hortaliças e frutas no Brasil está associado a problemas como obesidade, que atinge 43% dos adultos acima do peso. Em escala mundial, também está relacionado a 31% dos diagnósticos de isquemia coronária; 11% dos acidentes vascular-cerebrais; e 10% dos casos de câncer gastrointestinal. No entanto, a necessidade do aumento do consumo de hortaliças no Brasil enfrenta alguns grandes entraves. O maior deles está sobre as mesas dos órgãos de governo onde se define os marcos regulatórios para essas culturas.

É preciso recordar, portanto, o que ocasionou a presente falta de produtos para grande parte das culturas.

Até meados da década de 1970, os registros de defensivos agrícolas no Brasil eram concedidos com base em estudos de eficiência agronômica realizados no País, mas também mediante comprovação do registro dos produtos na Europa e/ou nos Estados Unidos, para as mesmas culturas. A partir de 1976, o Ministério da Agricultura passou a exigir experimentos locais para o registro. Além disso, o Ministério da Saúde passou a exigir a condução de estudos de resíduo no Brasil, não sendo mais permitida a extrapolação para grupos de culturas. Resultado: tais medidas tornaram inviável realizar extensos e onerosos programas de pesquisa; assim, praticamente todos os usos para pequenas culturas foram descontinuados.

Algumas décadas mais tarde, em 2010, com o objetivo de resolver essa questão, o MAPA aprovou uma instrução normativa para incorporar determinadas categorias de defensivos às Minor Crops. Porém, a medida não levou em consideração importantes recomendações apresentadas pela indústria e acabou não sendo eficiente na solução do problema.

Somada a essa dificuldade, a demora dos órgãos regulatórios em analisar os registros de novos ingredientes ativos – o que, hoje, leva 11,7 anos – obriga os produtores de culturas com pequeno suporte fitossanitário a recorrerem aos defensivos que já estão disponíveis no mercado. Isso ocorre quando o agricultor utiliza um determinado defensivo registrado para o tomate, por exemplo, para combater uma mesma praga que ataca o pimentão, mas que não dispõe do mesmo registro.

Mesmo com a falta de alinhamento e a lentidão entre os órgãos registrantes, a indústria vem investindo pesadamente para oferecer aos horticultores ingredientes ativos especificamente direcionados às Minor Crops. Segundo dados do CTA (Comitê Técnico de Assessoramento para Agrotóxicos, que reúne as autoridades de registro do MAPA, da Anvisa e do Ibama), existem, hoje, vinte e um pedidos de novos registros para essas culturas; porém, somente duas estão aprovadas, devido à já citada demora dos órgãos reguladores.

Fica, portanto, a lição de que é preciso unir as forças de todos os elos da cadeia produtiva – produtores, indústria e Governo – para criar alternativas aos produtores e promover, dessa forma, uma nova revolução nas lavouras da agricultura familiar. Iniciativa saudável, nesse sentido, foi o seminário "Campo no Campus – Marketing no setor de hortifrúti e união das cadeias produtivas em prol de uma agrossociedade sustentável", realizado na capital paulista, em fevereiro último, que reuniu representantes dos produtores, da indústria de agroquímicos, dos supermercadistas e da Academia para discutir uma agenda comum para o desenvolvimento do setor de hortifrúti no País.

Somente com ciência e inovação o Brasil deixará de ser um exportador de frutas e hortaliças para levar também às mesas das nossas famílias alimentos saudáveis e em quantidade necessária. Assim, podemos fazer da produção nacional, de novo, um grande exemplo para o mundo. ■

* Economista pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP), pós-graduado pela FGV-SP e diretor executivo da Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef)

Diário de bordo

BRASIL X ESTADOS UNIDOS



Roberto Rodrigues*

EM 2013, o saldo comercial brasileiro foi de apenas US$ 2,56 bilhões, bem menos do que os US$ 19 bilhões de 2012. Embora as exportações tenham aumentado (US$ 242,2 bilhões), as importações cresceram mais (US$ 239,6 bilhões).

No entanto, mais uma vez, o saldo positivo do nosso agronegócio cresceu, atingindo US$ 82,91 bilhões (mais do que os US$ 79 bilhões do ano anterior). Exportamos US$ 99,97 bilhões e importamos US$ 17,06 bilhões.

E o complexo soja foi, de novo, campeão, respondendo por 31% das vendas externas do agro, seguido pelas carnes.

No entanto, o saldo das nossas exportações para os Estados Unidos caiu: em 2013, o saldo do agronegócio foi US$ 4,873 bilhões com aquele país, contra US$ 5,755 bilhões, em 2012 – uma queda de 15,31%.

Isso não é bom.

O rumoroso caso das escutas telefônicas feitas pelos arapongas norte-americanos nas conversas da presidente Dilma Rousseff segue fazendo estrago.

A presidente reagiu como tinha que fazer, mostrando sua procedente indignação diante desse inaceitável abuso de poder e violação de privacidade.

Talvez, tenha cometido um pequeno exagero ao exigir, além de explicações claras, um pedido de desculpas por parte do presidente dos Estados Unidos. Explicações, sim, são necessárias. Mas, custa crer que o outro ponto seja plausível.

Seja como for, as relações entre os dois países sofreram um forte abalo num momento em que vinham evoluindo positivamente.

Uma pena. E, agora, é preciso reconstruir estas relações. Não podemos dar-nos ao luxo de nos afastarmos dos Estados Unidos, inclusive comercialmente.

Para essa retomada, parece lógico que os norte-americanos deveriam fazer alguns gestos em favor do Brasil, que justifiquem um certo congelamento do assunto 'espionagem'. É claro que continuamos credores de explicações, esperando que nos sejam oferecidas, mas não podemos ficar apegados ao incidente para sempre.

Infelizmente, porém, o tal gesto não parece visível. Ao contrário, o lamentável episódio da suspensão dos pagamentos compensatórios – que a cotonicultura brasileira recebia dos produtores norte-americanos em troca dos subsídios que estes ganham do governo de seu país – mostra que nem mesmo cumprir os compromissos, pagar uma dívida, os americanos aceitam fazer. Adotando posição inflexível, estão levando-nos à única saída possível: retaliação comercial, apontada pela própria OMC.

E esta saída não é, evidentemente, nada positiva para melhorar as erodidas relações e só servirá para ampliar o fosso: deverá vir de lá também outro tipo de retaliação, com resultados pouco favoráveis para ambos os países.

A própria Farm Bill, recém-sancionada em Washington, piora o ambiente, visto que prevê gastos com proteção à agropecuária americana de 1 trilhão de dólares em dez anos!

Podíamos muito bem, ao contrário, trabalhar juntos, de forma trilateral, em outros países. O Brasil entraria com sua tecnologia agrícola tropical e os americanos com dinheiro, para, juntos, desenvolvemos a África rural. Seria um benefício para toda a humanidade, e, juntos, faríamos um belo papel em favor da segurança alimentar, resgatando boa parte do prestígio global perdido pelos Estados Unidos.

Isso sem falar nas eventuais ameaças que o gás de xisto pode produzir em nosso agro, especialmente na matriz energética. Podíamos estudar esse tema também em conjunto.

Em suma, abrir o mercado americano para carne bovina *in natura*, resolver o problema do algodão e trabalhar juntos na África, no xisto e na agroenergia são caminhos para melhorar as relações entre Brasil e Estados Unidos.

Mercados assim não podem ser desprezados. ■

* Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, embaixador especial da FAO para as Cooperativas e presidente da Academia Nacional de Agricultura (SNA)

Produzir

AGRO IMPULSIONA CARREIRAS



Gustavo Diniz Junqueira*

O CRESCIMENTO econômico, o avanço tecnológico e a incorporação de exigências socioambientais ao dia a dia e às decisões do negócio são os fatores de maior peso e relevância que vêm contribuindo para uma mudança rápida e acentuada na face do trabalho no agro brasileiro.

Nesse intenso processo, perdem espaço a mão de obra meramente operacional e os profissionais de bagagem eminentemente técnica e ganham terreno funções de caráter estratégico, com visão gerencial e mercadológica.

Atualmente, segundo recentes dados dos ministérios da Agricultura e do Trabalho e Emprego, são aproximadamente 30 milhões de pessoas que trabalham direta ou indiretamente no agro.

Essa transformação pela qual passa a realidade do trabalho no setor, certamente, cria novas carreiras e, simultaneamente, exige um novo perfil de profissional para atuar no agro. Os requisitos de profissionalização da cadeia produtiva do segmento – desde o laboratório de pesquisa até o ponto de venda no supermercado, além de um sem-número de outras atividades ao longo de todas as etapas – demandam novas habilidades e competências, até então não tão valorizadas.

Entretanto, esse cenário inédito faz o agro viver uma espécie de "apagão de talentos", e o setor encontra-se num momento em que precisa "importar" profissionais de outros segmentos – por ora, ainda mais bem-vistos pela maioria dos jovens que saem das salas de aula – para manter sua constante evolução.

Para assegurar a competitividade do agro, é que esse quadro de desconhecimento acerca do setor precisa – velozmente – mudar. A verdade é que, querendo ou não, ainda está enraizado na mente de muitos estudantes – das melhores universidades do País – que trabalhar no agro é estar na lida do campo.

Colocar os pés na terra – por mais fundamental, imprescindível e nobre que seja –, de fato, é algo que não "seduz" um candidato a estágio ou *trainee*, esse futuro jovem profissional que o agro tanto necessita. Cabem importantes parênteses aqui: foi justamente quem sujou as botas em lavouras e pastos que fez o agro brasileiro chegar aonde chegou. Só que o amanhã pede mais.

E por quê? Porque o agro é o setor da economia brasileira mais globalizado que existe. Injustiçadamente, muitas vezes visto "apenas como um caipira", o agro é o segmento que tem mais carimbos no passaporte. Contudo, este diferencial, na maioria dos casos, fica restrito a quem já milita no setor.

A internacionalização por qual passa o agro brasileiro requer força de trabalho extremamente capacitada do ponto de vista do que é exigido e praticado mundo afora. E isso não se restringe apenas à esfera das exportações. O avanço da modernização do setor tem como uma de suas mudanças mais significativas a troca do controle familiar das empresas do agro por uma gestão empresarial, em muitos casos sendo tocada por fundos de investimento internacionais.

E essa quebra de modelo acarreta a incorporação de novos métodos. Assim, dispositivos como *compliance, accountability, valuation*, governança corporativa, entre outros, são cada vez mais frequentes no dicionário corporativo do agro.

Em termos de carreiras quentes no setor, a diversidade é grande. O segmento vai precisar cada vez mais de profissionais especializados na área jurídica, de Recursos Humanos, Administração, Finanças, Gestão de Riscos, Logística, Marketing, Comunicação, Engenharia (agronômica, florestal, de alimentos etc.), Tecnologia da Informação, Sustentabilidade, Química, Nutrição, e assim por diante.

O agro é um setor complexo, com um nível elevado de sofisticação de suas operações, e que tem particularidades e idiossincrasias que precisam ser compreendidas. É um setor a ser desbravado, uma grande oportunidade de carreira, de se ganhar dinheiro, por meio da riqueza de possibilidades que oferece.

O agro precisa de novos talentos, de gente qualificada, com espírito empreendedor e disposta a contribuir e a aprender. Quem quiser olhar o Brasil para frente tem que olhar o agro, e a Rural já está a postos para funcionar como uma interface ativa entre jovens profissionais e os melhores empregadores do setor. ■

* Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

Opinião

ACESSO AO MERCADO: GRANDES PROJETOS COLOCADOS EM PRÁTICA



Mônika Bergamaschi*

A COMERCIALIZAÇÃO dos produtos oriundos da agricultura familiar é um desafio que vem merecendo cada vez mais atenção de governos, ONGs, universidades e outras formas de organização mundo afora. Não por acaso, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) declarou 2014 como o Ano Internacional da Agricultura Familiar (AIAF 2014).

No estado de São Paulo, a ação coletiva de diversos organismos, governamentais ou não, vem promovendo a conscientização da necessidade da organização privada, do assessoramento técnico e da capacitação para melhor gestão da propriedade. Estes, aliados a outros instrumentos, como o acesso ao crédito, ao seguro e aos programas de defesa agropecuária, estão convergindo para o aumento da produtividade em todo o território paulista. Com essa qualificação e ampliação da produção, surge a necessidade de desenvolver novos canais de venda, melhorar a logística de distribuição e negociar preços mais justos.

Com essa finalidade, o Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável – Microbacias II: Acesso ao Mercado, desenvolvido com recursos do Tesouro do estado de São Paulo e do Banco Mundial, apoia planos de negócios apresentados por associações ou cooperativas de produtores rurais. O programa subvenciona até 70% do valor total dos investimentos – com limite de R$ 800 mil – desenvolvidos com o objetivo de adicionar valor aos produtos e promover o acesso ao mercado. Os 30% restantes, de contrapartida, podem ser financiados com recursos do Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (FEAP/Banagro), com juros de 3,00%, que, pagos em dia, baixam para 2,25% ao ano.

Desde 2012, já foram destinados mais de R$ 46 milhões somente para planos de negócios de 113 projetos de associações e cooperativas. As atividades contempladas são as mais variadas, desde *packing houses* para olericultura e fruticultura a beneficiamento de café, envase de mel, armazenamento de grãos, laboratório de análises de qualidade de alimentos, laticínios, fábricas de ração, estruturas de logística e armazenamento, para citar apenas algumas.

No início de 2014, começaram a aparecer os resultados de tanto empenho em adaptações, capacitações, treinamentos, palestras e avaliações. No mês de janeiro, foi inaugurado o primeiro grande empreendimento do Microbacias II, no município de São Miguel Arcanjo. Uma *packing house*, equipada com câmara fria, máquina seletora e embaladora de frutos, além de um caminhão-baú frigorificado para a distribuição dos produtos. O investimento superior a R$ 1,15 milhão recebeu o reembolso de R$ 800 mil.

A Cooperativa Agrícola Sul Brasil da Grande São Paulo reúne 268 produtores de uva, nêspera, caqui, atemoia, decopon, poncã, lichia, tomate, pepino e pimentão. Foi fundada em 1960, com sessenta cooperados. Hoje, cinquenta e oito anos depois do plantio do primeiro pé de uva do município, a região de São Miguel Arcanjo é a maior produtora de uva Itália do Brasil, e 35% de sua produção são provenientes de produtores cooperados. A boa notícia é que a Amprubrevi, outra associação do município, está finalizando a construção de sua *packing house*. Em poucos dias, mais uma grande festa.

Outra que em breve inaugurará seu projeto é a Associação dos Produtores de Leite de Barbosa, na região de Araçatuba. Com o plano de negócios aprovado, a associação conseguiu investir na melhoria da qualidade e no armazenamento do leite. Os produtores terão os seus próprios tanques refrigeradores, não dependendo mais dos cedidos pelos laticínios. Com a novidade, o leite passará a ser refrigerado rapidamente na propriedade, mantendo-se a qualidade do produto e se ampliando a liberdade para negociar preços.

Dezenas de planos de negócios estão em análise, e uma nova chamada será aberta no final do mês de março. É o governo do estado de São Paulo incentivando a gestão cooperada dos empreendimentos da agricultura familiar, o aumento da renda do produtor e a oferta de produtos de qualidade para a sociedade. ■

* Secretária de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo

MÁQUINAS AGRÍCOLAS

PREÇOS MÉDIOS DE COLHEITADEIRAS EM FEVEREIRO DE 2014 (R$/UNIDADE)

COLHEITADEIRAS	MODELO	SÃO PAULO	MINAS GERAIS	GOIÁS	MATO GROSSO
Massey Ferguson	MF 32	330.000	480.000	425.000	490.000
Massey Ferguson	MF 9690	550.000	700.000	630.000	700.000
New Holland	CR 9060	730.000	900.000	890.000	792.000
New Holland	CS 660	600.000	640.000	690.000	700.000
New Holland	TC 5090	405.000	450.000	590.000	478.000
New Holland	TC 5070	370.000	365.000	480.000	560.000
Valtra	BC 6500	700.000	720.000	891.000	680.000
Valtra	BC 7500	750.000	850.000	968.000	830.000
Valtra	BC 4500	490.000	420.000	638.000	470.000
John Deere	1175 HY	345.000	490.000	370.000	477.405
John Deere	9470	501.000	655.000	540.000	652.454

Fonte: Scot Consultoria

PREÇOS MÉDIOS DE TRATORES EM FEVEREIRO DE 2014 (R$/UNIDADE)

TRATORES	MODELO	SÃO PAULO	MINAS GERAIS	GOIÁS	MATO GROSSO
Massey Ferguson	MF 4292/4	110.000	142.000	132.000	123.000
Massey Ferguson	MF 7140/4	158.000	160.000	150.000	148.000
Massey Ferguson	MF 7370/4	215.000	190.000	240.000	240.000
New Holland	TM 7020	170.000	160.000	165.000	203.000
New Holland	TM 7040	210.000	200.000	200.000	220.000
New Holland	T 7245	250.000	270.000	300.000	320.000
Valtra	BM 125-4	121.000	135.000	137.000	154.000
Valtra	BH 185-4	190.000	196.000	220.000	238.000
Valtra	BH 205-4	205.000	210.000	236.000	255.000
John Deere	7210	272.000	306.000	320.000	300.760
John Deere	8335	375.000	600.000	560.000	654.050

Fonte: Scot Consultoria

PREÇOS MÉDIOS DE SEMEADORAS EM FEVEREIRO DE 2014 (R$/UNIDADE)

MARCA	MODELO	NÚMERO DE LINHAS	POTÊNCIA MÉDIA DO TRATOR (CV)	PREÇO (R$)
		PLANTIO CONVENCIONAL		
Baldan	PLD-2	2 linhas	70	7.000,00
Baldan	PLD-4	4 linhas	70	12.400,00
		PLANTIO DIRETO		
Marchesan	Suprema 09	4 linhas (PD)	80	81.600,00
Marchesan	Suprema 12	6 linhas(PD)	100	98.000,00
SLC	708	5 linhas (PD)	75	94.000,00
SLC	710	7 linhas (PD)	90	114.000,00
		SEMEADORA PARA SEMENTES PEQUENAS		
Baldan	S.A.-16	15 linhas	90	27.690,00
Baldan	S.A.-20	20 linhas	90	28.800,00
Baldan	S.A.-24	24 linhas	90	32.588,00
Incomagri	E-600	Lanço 22 m	70	2.160,00
Incomagri	Sembra-1000	Lanço 20 m	70	5.590,00
Terence	T1	2 m x 5 cm	70	7.200,00
Terence	T2 para pasto	2 m x 5 cm	70	8.200,00
Terence	Dstr. com caixa	3 m x 5 cm	70	6.200,00

Fonte: Scot Consultoria

EXEMPLO DE FINANCIAMENTO

Veja um exemplo de financiamento para que o produtor tenha facilidade de decisão.

Considere um produtor que queira, em fevereiro de 2014, comprar uma semeadora para plantio direto, modelo SLC 708, da SLC, com 5 linhas, cujo preço é R$ 94.000,00 em São Paulo. O financiamento do bem, para uma entrada de 30% (R$ 28.200,00), é apresentado abaixo, em reais. O prazo de pagamento é de cinco anos e a amortização é semestral, pelo calendário civil (primeira parcela para junho de 2014). A taxa de juros para a modalidade MODERFROTA é de 5,5% a.a. (PAP 2013/2014). No final do financiamento, o produtor terá pagado R$ 104.666,48 pelo implemento.

DATA DE VENCIMENTO	SALDO DEVEDOR	AMORTIZAÇÃO	JUROS	PRESTAÇÃO	PARCELA
01/06/14	R$ 65.800,00	R$ 6.580,00	R$ 2.087,50	R$ 8.667,50	1
01/12/14	R$ 59.220,00	R$ 6.580,00	R$ 2.151,97	R$ 8.731,97	2
01/06/15	R$ 52.640,00	R$ 6.580,00	R$ 1.428,22	R$ 8.008,22	3
01/12/15	R$ 46.060,00	R$ 6.580,00	R$ 1.249,70	R$ 7.829,70	4
01/06/16	R$ 39.480,00	R$ 6.580,00	R$ 1.071,17	R$ 7.651,17	5
01/12/16	R$ 32.900,00	R$ 6.580,00	R$ 892,64	R$ 7.472,64	6
01/06/17	R$ 26.320,00	R$ 6.580,00	R$ 714,11	R$ 7.294,11	7
01/12/17	R$ 19.740,00	R$ 6.580,00	R$ 535,58	R$ 7.115,58	8
01/06/18	R$ 13.160,00	R$ 6.580,00	R$ 357,06	R$ 6.937,06	9
01/12/18	R$ 6.580,00	R$ 6.580,00	R$ 178,53	R$ 6.758,53	10
Total		65.800,00	10.666,48	76.466,48	-

Total pago: R$ 28.200,00 (entrada) + R$ 76.466,48 (financiamento) = R$ 104.666,48.

PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA BRASILEIRA

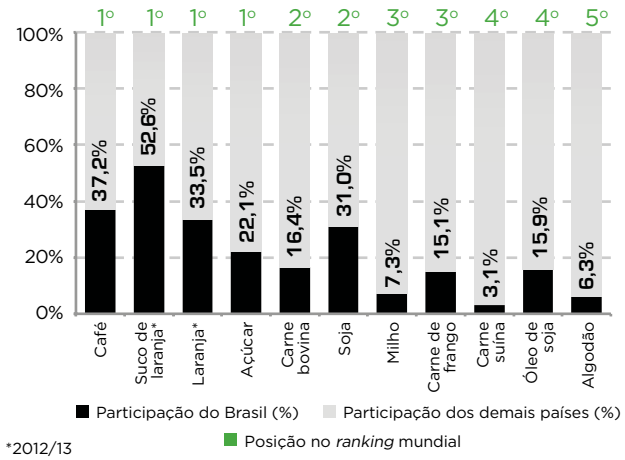
BRASIL: VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO (R$ BILHÕES)

Principais produtos	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Variação (%) 2014/2013
Lavouras										
Soja (em grão)	34,57	43,84	57,30	55,14	54,20	60,81	70,75	87,03	112,30	**29,0**
Cana-de-açúcar	28,13	30,41	27,67	33,58	37,87	44,27	45,31	46,95	46,81	**-0,3**
Milho (em grão)	17,57	26,00	31,35	21,39	20,95	27,90	34,26	36,11	31,11	**-13,9**
Laranja	12,20	11,50	11,74	10,79	13,90	14,98	14,51	19,26	19,74	**2,5**
Tomate	4,47	4,99	5,62	6,40	5,87	7,19	6,33	11,87	12,65	**6,5**
Banana	8,17	8,64	8,68	8,88	9,39	9,91	9,58	10,65	11,63	**9,2**
Café (em grão)	16,84	14,13	16,26	14,07	18,60	21,76	19,95	13,67	11,56	**-15,4**
Mandioca	6,82	6,35	6,72	7,27	6,94	6,75	6,23	7,00	11,51	**64,4**
Algodão herbáceo (em caroço)	4,27	5,91	5,53	3,86	3,68	9,65	12,03	8,36	9,93	**18,8**
Feijão (em grão)	6,46	6,18	11,07	7,60	6,88	6,80	7,93	8,52	9,43	**10,7**
Pecuária										
Bovinos	36,41	39,57	43,69	43,23	45,58	48,18	48,90	49,56	51,11	**3,1**
Frango	21,73	26,49	27,68	26,79	26,29	33,94	39,50	48,44	49,72	**2,6**
Leite	12,62	15,51	17,45	17,79	19,65	20,26	21,17	22,33	22,50	**0,7**
Suínos	7,40	7,91	9,37	9,47	10,42	10,43	10,78	12,07	11,97	**-0,9**
Ovos	4,99	5,30	5,72	5,71	5,55	6,54	7,65	8,64	9,24	**6,9**

Nota: Valores deflacionados pelo IGP-DI da FGV (novembro/2013)
Fonte: IBGE; FGV; Cepea/Esalq/USP
Elaboração: AGE/MAPA

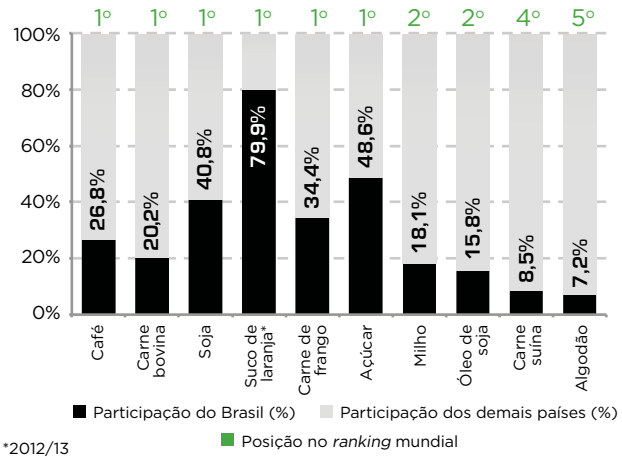
PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA BRASILEIRA

POSIÇÃO DO BRASIL COMO PRODUTOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2013/14



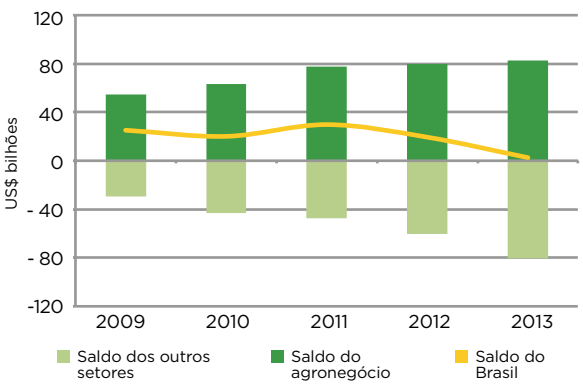
*2012/13
Fonte: USDA

POSIÇÃO DO BRASIL COMO EXPORTADOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2013/14



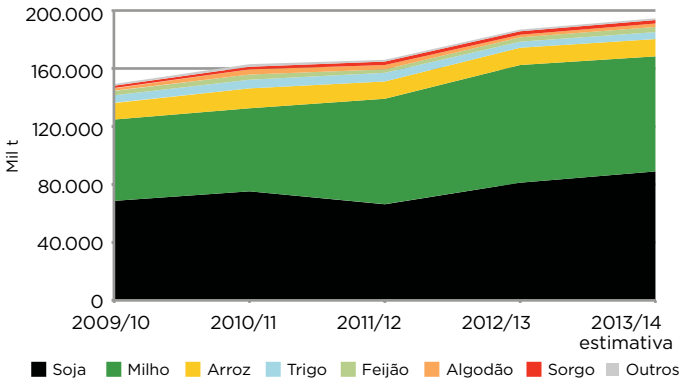
*2012/13
Fonte: USDA

BRASIL: EVOLUÇÃO DO SALDO DA BALANÇA COMERCIAL



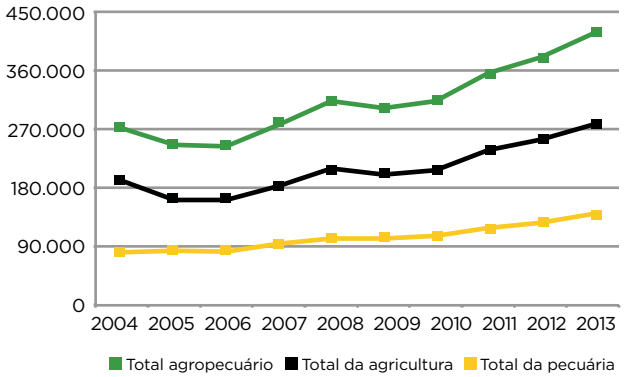
Fonte: SECEX

BRASIL: PRODUÇÃO DE GRÃOS, POR PRODUTO



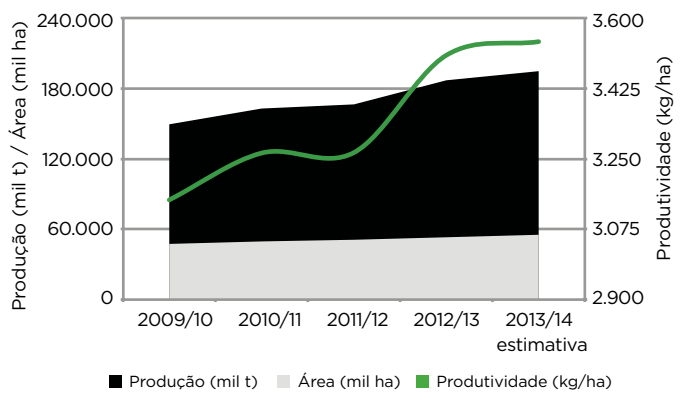
Fonte: Conab

VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO (R$ MILHÕES)



Fonte: IBGE; FGV; Cepea/Esalq/USP

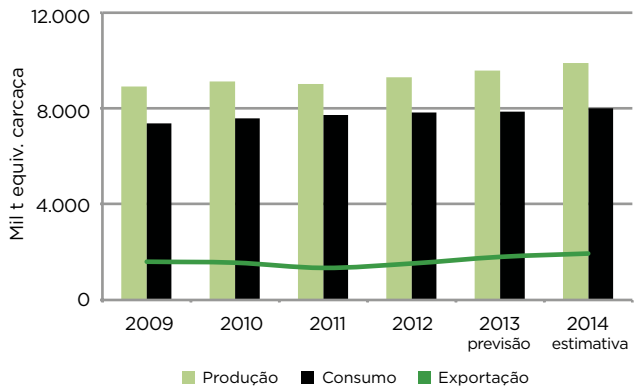
BRASIL: ÁREA PLANTADA COM GRÃOS, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE



Fonte: Conab

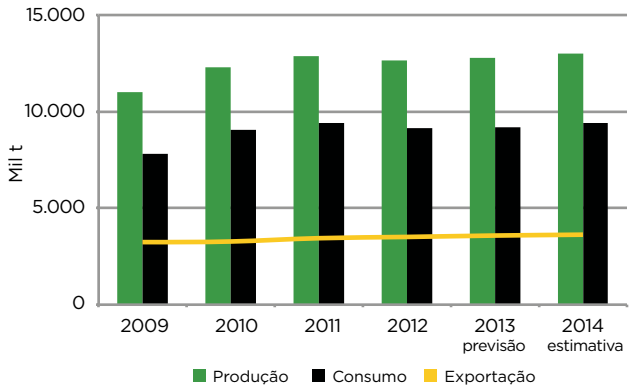
PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA BRASILEIRA

BRASIL: PRODUÇÃO, CONSUMO E EXPORTAÇÃO DE CARNE BOVINA



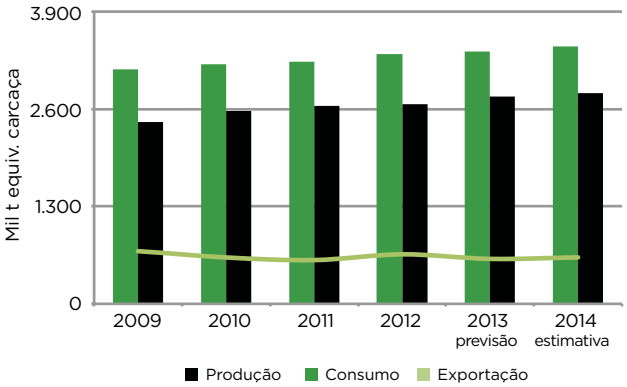
Fonte: USDA

BRASIL: PRODUÇÃO, CONSUMO E EXPORTAÇÃO DE CARNE DE AVES



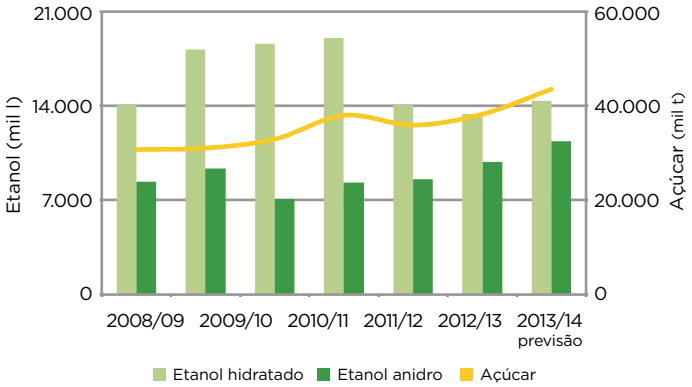
Fonte: USDA

BRASIL: PRODUÇÃO, CONSUMO E EXPORTAÇÃO DE CARNE SUÍNA



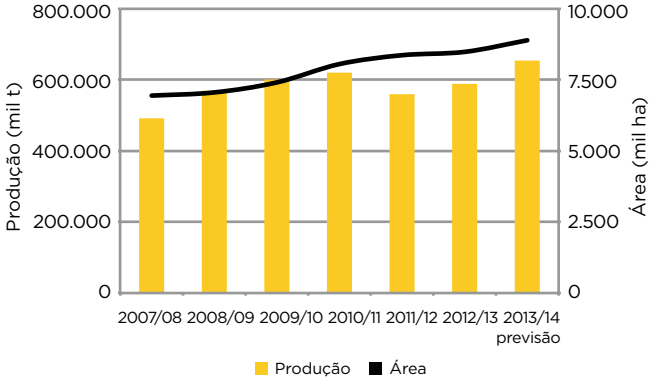
Fonte: USDA

BRASIL: PRODUÇÃO DE AÇÚCAR E ETANOL



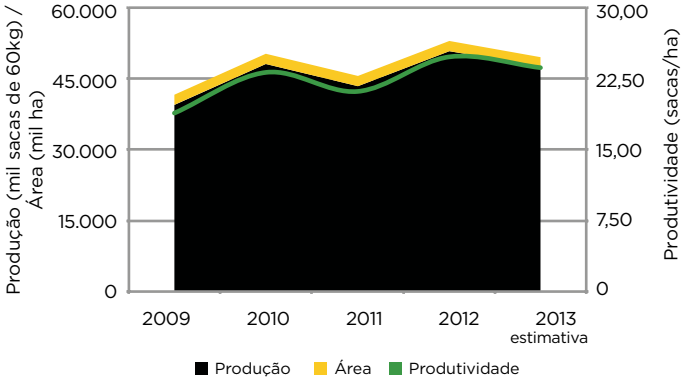
Fonte: UNICA

BRASIL: ÁREA E PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR



Fonte: UNICA; Conab

BRASIL: ÁREA PLANTADA COM CAFÉ, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE



Fonte: Conab